

Universidade de São Paulo  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas  
Departamento de Geografia

Gustavo Henrique Souza Santos

Da Quebra da NASDAQ ao aumento do preço das commodities:  
Linhas gerais de um debate acerca da estrutura econômica e do capital fictício.

Trabalho de Graduação Individual apresentado ao  
Departamento de Geografia, da Faculdade de  
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da  
Universidade de São Paulo; para a conclusão do  
curso de bacharelado.  
Orientador: Prof. Dr. Anselmo Alfredo

São Paulo  
2016

Gustavo Henrique Souza Santos

Da Quebra da NASDAQ ao aumento dos preços das commodities:  
Linhas gerais de um debate acerca da estrutura econômica e do capital fictício.

Trabalho de Graduação Individual apresentado ao  
Departamento de Geografia, da Faculdade de  
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da  
Universidade de São Paulo; para a conclusão do  
curso de bacharelado.  
Orientador: Prof. Dr. Anselmo Alfredo

Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Banca Examinadora

---

Prof. Dr. Anselmo Alfredo

---

São Paulo  
2016



## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer a todos que me acompanharam e contribuíram para que a jornada da graduação fosse possível.

Primeiramente agradeço à minha família, que sempre se apresentou quando necessário. Claudete, Andréa e Mauro; a vocês devo a possibilidade de construção do meu caminho e deixou meu coração.

Aos amigos de longa data – que perduram ou que passaram - deixo meu agradecimento, pois o caminho percorrido é visto com saudade e alegria. Danilo, Gorodscy, Fabio, Venicio, Cristina, Angélica e Aymée, tenho em mim todos os sentimentos do mundo por vocês.

Leonardo, Rafael e Adriano; que a caminhada seja longa, mas que a vida seja proveitosa.

Aos amigos de graduação, basquete e da vida: Joilson, Rodrigo, Ale, Matheus, Henrique, Nicolas, Tiagão, Gui, Milhouse, Julio, Abud, Bruno, Marcos, Guilherme, Daniel, Pagador, Andrézinho, Paulo, Cabelo, Douglas e Tuany. Um caminho cheio de gratas surpresas.

Ao Anselmo, pela orientação sempre presente, pela paciência, por estar disposto a discutir e pela generosidade e amizade.

Ao Fabio pela oportunidade de reflexão a partir de suas análises e ao Carlão pela ajuda no debate e pelo incentivo a pesquisa.

À Geografia agradeço a crise em que ela me pôs e se pôs. Da crise do Homem à crise Epistemológica.

Este trabalho é antes uma obra coletiva e de vocês que aqui exponho o resultado das diversas conversas, diversas fases, diversas construções e momentos. Obrigado.

## **RESUMO**

Será analisada a quebra da bolsa NASDAQ ((National Association of Securities Dealers Automated Quotations) no início dos anos 2000 e o ciclo de commodities enquanto estrutura composta simultaneamente pelo mesmo processo, embora os eventos se situem em momentos espacial e temporalmente distintos, para tanto, abordaremos inicialmente alguns elementos da economia Mundial a partir de um debate conceitual com Thomas Piketty e David Harvey, onde nos concentraremos em discutir aspectos estruturais da formação econômica atual a partir do conceito estruturante de capital.

Em sequência trataremos da relação das commodities e das bolsas de valores, tendo o conceito de capital fictício enquanto norteador da articulação entre essas esferas e a partir do qual se realizará a análise da quebra da NASDAQ e o aumento dos preços das commodities. Entendendo a abstração enquanto formação do processo concreto, incorreremos a partir do desenvolvimento dos países periféricos nos atentando especialmente para o caso Chinês e o Brasileiro.

**PALAVRAS CHAVES: QUEBRA; NASDAQ; COMMODITIES; DESENVOLVIMENTO; CAPITAL FICÍCIO; PREÇO; CHINA; BRASIL.**

## **ABSTRACT**

It will be analyzed the NASDAQ (National Association of Securities Dealers Automated Quotations) breakdown in the early 2000s and the commodity cycle as a composite structure simultaneously by the same process, although the events will be located at different, spatial and temporal moments. Initially we will approach some elements of the world economy from a conceptual debate with Thomas Piketty and David Harvey, where we focus on discussing structural aspects of current economic formation from the structuring concept of capital.

In the next section we will look at commodities and stock exchanges, with the concept of fictitious capital as a guideline for the articulation between these spheres and from which the analysis of the NASDAQ fall and the increase in commodity prices will be carried out. Understanding the abstraction as formation of the concrete process, we will incur from the development of the peripheral countries, paying special attention to the Chinese and Brazilian cases.

**KEY WORDS:** BREAKDOWN; NASDAQ; COMMODITIES; DEVELOPMENT; FICTICIOUS CAPITAL; PRICE; CHINA; BRAZIL.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	8
1. A UNIVERSALIDADE DA FORMA VALOR E CRÍTICA AO PENSAMENTO DE THOMAS PIKETTY .....	15
2. O QUE SÃO COMMODITIES E QUAL A QUESTÃO DOS DERIVATIVOS .....	28
3. O QUE FOI A QUEBRA DA NASDAQ, O CASO CHINÊS E COMO TAL PROCESSO INFLUENCIOU NO AUMENTO DO PREÇO DAS COMMODITIES .....	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	49
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	51

## INTRODUÇÃO

Uma relação econômica é sempre uma relação social<sup>1</sup>, uma construção social de regras que medeia as trocas através de categorias fundantes do pensamento. Essas regras são integradoras da forma de organização do pensamento de um sujeito moderno, de modo que sua sociabilidade perpassa, necessariamente, por sua relação com a economia. A economia está posta a todos da sociedade e é estruturante do modo de vida das populações, com as quais criam relações diretas através do preço da propriedade privada, inflação e trabalho assalariado, por exemplo.

Neste argumento, a análise da economia será vista pela perspectiva de uma realidade mundial, que não se fará pelas especificidades regionais, senão como expressões particulares de sua forma universal. Analisar a economia brasileira ou Chinesa sem discutir e perceber suas relações com a universalidade mundial do valor seria incorrer no erro de método e, portanto, aceitar as contradições do capital enquanto naturais. Buscar as contradições das economias de países periféricos enquanto contradições postas em si mesmas e não em suas relações universais com a forma valor, seria corroborar com uma economia política e não ajudar a contribuir a uma Crítica à Economia Política<sup>2</sup>; seria tentar desconstruir o Ornitorrinco.<sup>3</sup>

Para a composição da análise, fez-se necessária a exposição do método e a discussão de suas bases estruturantes, justificando sua presença na argumentação. O método e o objeto estão intrinsecamente conectados através de uma análise imanente. Portanto, ao discutir o método se verificará a apreensão do real pelo objeto; e ao analisar o objeto, questionar-se-á a potência de argumentação do método.

Sob a perspectiva do conceito de crise n' *O Capital* de Marx, entende-se a crítica do valor como momento elementar pela qual a crise se revela. O desenvolvimento do argumento se dará no sentido de expô-la como imanente ao Capital e existente desde suas formas mais simples: do fetichismo da forma-dinheiro como equivalência universal, separada das demais mercadorias à complexificação das relações econômicas e sociais, com a passagem da esfera da circulação simples à reprodução ampliada do capital, pela qual a crise torna-se necessidade, sendo expressada pela queda tendencial da taxa de lucro, este último fator, enquanto Lei fundamental.

---

<sup>1</sup> MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Boitempo, 2013. (Volume 1). Tradução de: Rubens Enderle.

<sup>2</sup> MARX, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

<sup>3</sup> OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.



A forma de sociabilidade intrínseca ao modo de produção atual está baseada no valor e no trabalho abstrato<sup>4</sup>, expressos na mercadoria pelo processo de troca e é antes uma forma-valor. A mercadoria aparece como sua forma elementar, sendo a priori algo a satisfazer as necessidades humanas, partindo do princípio que essas necessidades são construídas historicamente.

Todo elemento útil, nesta sociedade, é constituído de um duplo ponto de vista: o qualitativo e o quantitativo a partir do qual se dispõe as múltiplas utilizações. A utilidade de uma mercadoria faz dela um valor de uso e esta, por sua vez, é condicionada pela materialidade de cada mercadoria. Entretanto, para que este produto seja passível de troca, deve haver algo em comum entre estas mercadorias diferentes, ao qual formará uma grandeza passível de representação entre estes elementos.

O valor de troca aparece inicialmente como a relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso diferentes são trocados entre si, sendo esta relação alterada constantemente no tempo e no espaço. Estes valores de troca devem ser permutáveis entre si ou valores de troca de mesma grandeza, sendo discorrido, portanto, desta proposição, que os valores de troca de mesma mercadoria devem expressar algo igual e que o valor de troca não pode ser mais do que o modo de expressão de um conteúdo que dele pode ser distinguido.

Esse algo em comum não pode ser uma propriedade física, estando no âmbito metafísico, dado que a materialidade confere ao objeto sua utilidade, sendo o valor de uso. Difere-se daí uma dupla consideração acerca da abstração do valor de uso para o valor de troca.

Primeiramente, observa-se que “essa abstração que captura a determinação valor de troca é feita pelo processo de troca – o pensamento apenas recolhe a distinção feita”<sup>5</sup>; o pensamento é um momento a posteriori do processo, mas se manifesta como a mística fundante do concreto, chegando-se a dialética entre abstrato e concreto, e não uma antinomia ou uma sucessão no tempo entre o que se sucede e a moral dele apresentado.

Abstraindo do valor de uso dos corpos-mercadorias, resta nelas uma única propriedade: a de serem produtos o trabalho. Mas mesmo o produto do trabalho já se transformou em nossas mãos. Se abstrairmos de seu valor de uso, abstrairmos também dos componentes [*Bestandteilen*] e formas corpóreas que fazem dele um valor de uso. O produto não é mais uma mesa, uma casa, um fio ou qualquer outra coisa útil. Todas

---

<sup>4</sup> MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Boitempo, 2013. (Volume 1). Tradução de: Rubens Enderle. p. 113 – 119.

<sup>5</sup> GIANNOTTI, José Arthur. *Considerações sobre o método in MARX, Karl. O capital: Crítica da economia política. Livro 1: O processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013. Pg. 63.

as qualidades sensíveis foram apagadas. E também já não é mais o produto do carpinteiro, do pedreiro, do fiandeiro ou de qualquer outro trabalho produtivo determinado. Com o caráter útil dos produtos do trabalho desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados e, portanto, também as diferentes formas concretas desses trabalhos, que não mais se distinguem uns dos outros, sendo todos reduzidos a trabalho humano igual, a *trabalho humano abstrato*.<sup>6</sup>

Exprimida no valor de troca, mas abstraída do valor de uso, ao qual na passagem do valor de uso para o valor de troca é realizada a abstração que possibilita a mercadoria ser socialmente trocável, o trabalho humano abstrato indiferenciado, enquanto objetividade fantasmagórica<sup>7</sup>, não leva em conta as diferentes formas de trabalho senão como trabalho humano acumulado. O conjunto dos trabalhos constitui o *trabalho social total*<sup>8</sup> e os trabalhos privados recebem um *duplo caráter social*<sup>9</sup>, como afirmou Marx:

Por um lado, como trabalhos úteis determinados, eles têm de satisfazer uma determinada necessidade social e, desse modo, conservar a si mesmos como elos do trabalho total, do sistema natural-espontâneo da divisão social do trabalho. Por outro lado, eles só satisfazem as múltiplas necessidades de seus próprios produtores, na medida em que cada trabalho privado e útil particular é permutável por qualquer outro tipo de trabalho privado, portanto e na medida em que lhe é equivalente.

Há uma forma universalizada que perpassa os diferentes produtos viabilizando a troca e sendo realizada na troca. Os valores de uso produzidos pelos diferentes trabalhos concretos expressam-se no valor de troca, ou assim, na forma-valor. A troca, mediada, por objetos, contudo, autonomiza esta última, manifestando-se socialmente como relação entre coisas. Os indivíduos, por outro lado, aparecem ilusoriamente como livres, como se seus trabalhos fossem exclusivamente privados.

Assim o próprio processo de troca é realizado por um fetiche. Ocorre-se uma abstração que permite a troca entre diferentes mercadorias, organizado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção. Neste momento, o *valor*, se manifesta na forma de

---

<sup>6</sup> MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Boitempo, 2013. (Volume 1). Tradução de: Rubens Enderle. Pq. 116.

<sup>7</sup> *Ibidem*, p. 116.

<sup>8</sup> *Ibidem*, p.148.

<sup>9</sup> *Ibidem*, p.148.

equalização desta troca entre produtos distintos. O *trabalho social abstrato* integra os distintos trabalhos concretos através da socialização destes no processo de troca.

Entretanto, como tentaremos demonstrar ao transcorrer de nosso argumento, este trabalho abstrato, fundante da forma-valor e mediado pela troca, é uma contradição em seus próprios termos categoriais. Será neste aspecto em específico em que reteremos atenção.

A naturalização social dos processos econômicos, portanto, é desvelada a partir da objetividade do valor. Trata-se, nesse sentido, de um objeto histórico a ser criticado, sendo assim, a crítica econômica ao capital se impõe na forma de crítica social necessária à natureza das coisas.

Há de se atentar neste momento para a diferenciação de forma-valor e valor, sendo a primeira o modo pelo qual irá se expressar a segunda. Sendo a assim, a passagem da forma-valor para valor, em processo fetichista, coloca o preço como forma de expressão material da metafísica do valor. O dinheiro é a forma aparente do valor, como sua forma mais complexa, que se fetichiza: O primeiro torna-se espectro do segundo, e adquire sua própria autonomia.

Para a economia política, o dinheiro assume a forma de totalidade, assim sendo encontrado as perspectivas a partir da contradição, dinheiro/renda em Piketty ou dinheiro/circulação em Harvey, ao qual nos atentaremos no transcorrer da argumentação.

Desde a forma valor simples à forma-dinheiro, perpassando a forma valor desdobrada e universal, temos uma complexificação de expressões contraditórias entre forma relativa e forma equivalente até a autonomização do valor, ao qual inversamente, esta forma mais complexa se decompõe as formas mais simples<sup>10</sup>.

A mercadoria, como forma fenomênica do valor e objetivação do trabalho, adquire esta sociabilidade metafísica, posta em segundo plano suas qualidades sensíveis. O caráter social da mercadoria não resulta de seu valor de uso ou tampouco das determinações do valor, pois neste, sempre há o dispêndio de energia/trabalho. Entretanto, a igualdade dos trabalhos humanos assume a forma material de igual objetividade de valor dos produtos do trabalho<sup>11</sup>, fetichizando a produção humana, como algo objetivo da própria produção, em que a relação social dos produtores com o trabalho total manifesta-se como uma relação social entre os objetos produzidos, existente à margem dos produtores.

Em última instância, trata-se de, nesta consciência concreta, não se permitir observar a crise de valorização do valor, porque o aumento de tal monstruosa coleção

---

<sup>10</sup> GRESPLAN, Jorge Luís. *O negativo do capital*. São Paulo: Expressão Popular, 2012. Pg. 64.

<sup>11</sup> MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Boitempo, 2013. (Volume 1). Tradução de: Rubens Enderle. Pq. 147.

[de mercadorias] *aparece* como mero crescimento da riqueza e da capacidade de o capital acumular. A contradição basilar entre acumulação e crise, nesta consciência coisificada, tão somente se apresenta como crescimento material do capital.<sup>12</sup>

Da perspectiva acima, incorre-se que o capital é entendido como o início e o fim do processo, tendo paralelo com a perspectiva Hegeliana de espírito absoluto. A mercadoria, internamente contradição entre valor e valor de uso, desdobra-se externamente na oposição citada anteriormente, entre a mercadoria e dinheiro. Esta diferença sustenta a contradição entre os momentos de metamorfose da mercadoria, ou seja, da passagem do momento de venda (transformação da mercadoria em dinheiro) ao momento de compra (o contrário, transformação do dinheiro em mercadoria) na perspectiva da circulação simples, mesmo que a mesma pressuponha a reprodução ampliada, ao qual aprofundaremos nossas análises.

A partir do momento em que o dinheiro deixa de ser simplesmente termo de uma circulação simples, como medida de valor e meio de circulação, e se manifesta logicamente na reprodução ampliada como capital enquanto *valorização do valor*. A aparência do processo intui que dinheiro gera mais dinheiro, como condição e resultado de um processo: D-M-D'<sup>13</sup>.

O preço então, a partir do movimento teórico proposto, está formado a partir de uma relação de valor - como grandeza de valor expressa numa determinada soma em dinheiro – mesmo que apareça como forma de ser da natureza da mercadoria.

A média do tempo de trabalho que permite que equalizar os tempos de trabalho, na forma de *trabalho humano abstrato*, é determinada pela crise de efetividade dos tempos individuais que se expressam pela falência dos capitais que não atingiram este tempo médio, ou ainda pela incorporação destes capitais aos capitais mais lucrativos. A medida, formada a posteriori dos trabalhos individuais que serão por ela medidos, põe cada produção individual determinada pela crise de sua efetividade, o que, aliás, define a necessidade de maior economia de tempo de trabalho para cada trabalho individual, já que o processo não tem relação direta com os sujeitos sociais.

---

<sup>12</sup> ALFREDO, Anselmo. *Crise Imanente. Abstração espacial. Fetichismo do capital e sociabilidade crítica*". São Paulo: Revista Terra Livre, AGB, n°34, 2010. p. 39.

<sup>13</sup> JAPPE, Anselm. *As aventuras da mercadoria: Para uma nova crítica do valor*. Lisboa: Antígona, 2006, p. 61. Não se exagera muito se se afirmar que a conversão da fórmula M-D-M na fórmula D-M-D' encerra em si toda a essência do capitalismo. A transformação de trabalho abstrato em dinheiro é o único objetivo da sociedade mercantil: a produção de valores de uso, toda ela, mais não é do que um meio, um 'mal necessário', em vista de uma única finalidade: no termo da operação, dispor de uma soma de dinheiro maior do que aquela de que se dispunha no início. A satisfação das necessidades deixou de ser o objetivo da produção, tendo passado a ser um aspecto secundário.

Cada tempo individual de trabalho, entretanto, é uma desmedida em relação à medida que se efetivará. Não obstante, tal medida é tão somente a forma de ser social que remete à crítica reprodução determinada pela possibilidade de uma ampliação de capacidade social de produzir. Tal medida posta a posteriori não resolve a contradição entre a qualidade e quantidade, ao contrário, fundamentada pela concorrência entre capitais leva à possibilidade de um novo padrão de desmedida, dado pelo necessário desenvolvimento das forças produtivas que daí se origina. A posição da média, no entanto, é o alicerçar contraditório de um novo padrão de crise da própria medida, visto que os capitais que se realizaram enquanto tais se o fazem retirando os tempos de trabalho individuais menos produtivos que contribuíram na formação da última média.<sup>14</sup>

Marx<sup>15</sup> apresenta este processo no capítulo primeiro d'*O Capital* após a apresentação de valor a partir da crítica do trabalho humano abstrato, em termos circunstanciais para o desenvolvimento do conceito de contradição e crise no capitalismo:

O trabalho que constitui a substância dos valores é trabalho humano igual, dispêndio da mesma força de trabalho humana. A força de trabalho conjunta da sociedade, que se apresenta nos valores do mundo das mercadorias, vale aqui como uma única força de trabalho humana, embora consista em inumeráveis forças de trabalho individuais. Cada uma dessas forças de trabalho individuais é a mesma força de trabalho humana que a outra, na medida em que possui o caráter de uma força de trabalho social média e atua como tal; portanto, na medida em que, para a produção de uma mercadoria, ela só precisa do tempo de trabalho em média necessário ou tempo de trabalho socialmente necessário. [...]

Após a introdução do tear a vapor na Inglaterra, por exemplo, passou a ser possível transformar uma dada quantidade de fio em tecido empregando cerca da metade do trabalho de antes. Na verdade, o tecelão manual inglês continuava a precisar do mesmo tempo de trabalho para essa produção, mas agora o produto de sua hora de trabalho individual representava apenas metade da hora de trabalho social e, por isso, seu valor caiu para a metade do anterior.<sup>16</sup>

A formação de novas medidas é o que move uma nova redução do tempo social médio de produção posto como necessidade da reprodução ampliada do capital. Resulta que, estar na

---

<sup>14</sup> ALFREDO, Anselmo. *Crise Imanente. Abstração espacial. Fetice do capital e sociabilidade crítica*. São Paulo: Revista Terra Livre, AGB, n°34, 2010. Pg. 41.

<sup>15</sup> MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Boitempo, 2013. (Volume 1). Tradução de: Rubens Enderle. p. 117.

<sup>16</sup> *Ibidem*, p 117.

medida, exige produzir mais em menor tempo, sua formação a posteriori é determinada a priori. O desenvolvimento das forças produtivas é determinado por esta média, tendo assim a *imanência da crise* como categoria condicionante da reprodução ampliada do capital.

Será analisada a quebra da bolsa NASDAQ ((National Association of Securities Dealers Automated Quotations) no início dos anos 2000 e o ciclo de commodities enquanto estrutura composta simultaneamente pelo mesmo processo, embora os eventos se situem em momentos espacial e temporalmente distintos<sup>17</sup>. Assim, o desenvolvimento que os países produtores de commodities tiveram no início do século XXI só foi possível pela fuga de investidores dos países centrais, em especial a NASDAQ, tentando rentabilizar seus capitais em bolsas de valores periféricas, onde estão os investimentos nas commodities.

Dessa forma, a tentativa de valorização do valor, na forma de capital fictício, materializa-se como investimentos dos produtos de commodities em sua produção. Dado ao aumento do preço de seus produtos e enquanto investimento do Estado Brasileiro, tomando como exemplo o Brasil, financiando crédito aos produtores e estimulando o consumo urbano em consequência a esse crescimento do PIB brasileiro alavancado pelo aumento do preço das commodities.

---

<sup>17</sup> ALFREDO, Anselmo. *Crise Imanente. Abstração espacial. Fetice do capital e sociabilidade crítica*". São Paulo: Revista Terra Livre, AGB, n°34, 2010. p. 41.

## 1. A UNIVERSALIDADE DA FORMA VALOR E CRÍTICA AO PENSAMENTO DE THOMAS PIKETTY

Os indivíduos apresentam-se na sociedade moderna - de maneira delusória - enquanto sujeitos isolados, desprendidos de seus laços naturais, que em épocas anteriores os tornavam parte de um conglomerado humano determinado e limitado<sup>18</sup>. Os economistas clássicos, como Adam Smith e David Ricardo, repousam o cerne de sua análise social em tal desenvolvimento da história humana, de modo que a dissolução das formas feudais e a estruturação de uma sociedade de mercado teria propiciado o surgimento do indivíduo, embora este naturalmente já existisse. O sujeito, nessas teses liberais, portanto, não é resultado dos processos históricos, mas sim resultado de uma natureza que aponta para o passado. Existiria um ponto de partida da história, e não uma organização social determinada que estruturaria o indivíduo enquanto tal.

Decerto, o homem é um animal social. Portanto, só pode se isolar em sociedade<sup>19</sup>, haja visto que, quanto mais se analisa outras formas de sociedade, mais perceptível se tornam suas relações específicas e não “naturais”, no sentido liberal apontado anteriormente. Verificaremos tais relações específicas em Pierre Clastres<sup>20</sup>, por exemplo. A estrutura econômica nada tem a ver com a natureza do ser humano, mas sim com as bases fundantes do pensamento social, específicas de cada sociedade.

Divergindo de uma perspectiva de Milton Santos<sup>21</sup> acerca do espaço enquanto produção do homem na relação com a totalidade da natureza e por meio da técnica, entende-se que as

---

<sup>18</sup> Cf. RICARDO, David. *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1996; SMITH, Adam. *A riqueza das nações*. São Paulo: Editora Zahar, 2008. (Livro 1). Verificar os economistas clássicos citados, especialmente David Ricardo. A principal questão levantada por este trata da distribuição do produto gerado pelo trabalho na sociedade. Isto é, segundo Ricardo, a aplicação conjunta de trabalho, maquinaria e capital no processo produtivo, gerando um produto que se divide entre as três classes da sociedade: proprietários de terra, trabalhadores assalariados e os arrendatários capitalistas. O papel da ciência econômica seria, então, o de determinar as leis naturais que orientam tal distribuição. Essas leis serão refutadas no transcorrer deste projeto.

<sup>19</sup> MARX, Karl. *Grundrisse - Manuscritos Econômicos de 1857-1858: Esboços da Crítica da Economia Política*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011. Tradução de: Mario Duayer.

<sup>20</sup> Cf. CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado*. São Paulo: Cosac Naify, 2012. Nesta obra o autor verifica a organização social dos grupos indígenas. Não adentrando ao terreno da crítica à sua obra, apreende-se para este argumento a análise das sociedades indígenas enquanto corroboração da argumentação da tese de que não há um ponto de partida inicial do ser humano, sendo ele, portanto, um ser histórico.

<sup>21</sup> Cf. SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

determinações materiais das relações econômicas são efetividade do tempo abstrato determinada pela simultaneidade<sup>22</sup>.

A simultaneidade nos revela a forma de ser das relações estruturais capitalistas, as contradições econômicas, postas materialmente como produção desigual do espaço. O capital é compreendido como condição contraditória e autônoma de valorização do valor, sendo assim, concomitantemente, expansão (dos processos produtivos, da tecnologia, de valor) e crise (crise do trabalho, crise social pela concentração de renda).

Thomas Piketty<sup>23</sup> procura analisar quais são as fontes da desigualdade social, às quais designa forças de convergência ou de divergência dos índices de desigualdade. O autor defende a tese a partir de suas análises de dados de renda e capital:

A renda é um fluxo e corresponde à quantidade de bens produzidos e distribuídos ao longo de um determinado período (geralmente se usa o ano calendário como período de referência). (...) O capital é um estoque e corresponde à quantidade total de riqueza existente em um dado instante. Esse estoque resulta dos fluxos de renda apropriados ou acumulados ao longo dos anos anteriores.

O autor defende a taxa progressiva e a tributação da riqueza global como único caminho para deter a tendência à criação de uma forma patrimonial de capitalismo, marcada pelo que chama de desigualdade gradual de riqueza e renda no século XXI. Também documenta com detalhes, a partir de sua análise de dados, como a desigualdade social de ambos - riqueza e renda - evoluíram nos últimos dois séculos, com ênfase particular no papel da riqueza.

O livro se coloca em um momento de negação da tese amplamente aceita entre os economistas liberais, de que o capitalismo de livre mercado distribui riqueza e é o grande baluarte para a defesa das liberdades individuais. Piketty demonstra que o capitalismo de livre mercado no século XXI, na ausência de uma grande intervenção redistributiva por parte do Estado, produz oligarquias antidemocráticas.

A partir dos dados de renda e capital, ele decompõe a primeira lei fundamental do capitalismo:  $\alpha = r \times \beta$ , em que  $\beta$  é a razão Capital/Renda,  $r$  é a taxa de remuneração (ou taxa de rendimento) média do capital, e  $\alpha$  a participação do capital na renda nacional. Segundo o autor, esta fórmula pode ser utilizada para os países, mas também tem a potência de calcular esta taxa de qualquer sociedade em qualquer época. Deste modo, os três conceitos chaves para análise

---

<sup>22</sup> Cf. ALFREDO, Anselmo. *Crítica à economia política do desenvolvimento e do espaço*. São Paulo: Annablume, 2013.

<sup>23</sup> Cf. PIKETTY, Thomas. *O Capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.



da sociedade capitalista estão postos pela relação capital/renda, a participação do capital na renda e a taxa de remuneração do capital.

O objetivo com a formulação da taxa de remuneração do capital seria se contrapor a teoria marxista da redução progressiva da taxa de lucro, mesmo que sem uma especificação clara de quais são os contrapontos; e dos conceitos de taxa de lucro e taxa de juros utilizados pelos economistas clássicos, ao qual o autor denota que são menos abrangentes em relação ao conceito de taxa de remuneração do capital.

Em primeira instância há de se atentar ao conceito de capital utilizado por Piketty<sup>24</sup>:

O capital é definido como o conjunto de ativos não humanos que podem ser adquiridos, vendidos e comprados em algum mercado. Assim, o capital compreende, especificamente, o conjunto formado pelo capital imobiliário (imóveis, casas), utilizado para moradia, e pelo capital financeiro e profissional (edifícios e infraestrutura, equipamentos, máquinas, patentes etc.), usado pelas empresas e pela administração pública.

Ativos não humanos das mais variadas formas são postos de forma igualitária, apenas os diferenciando entre renda, o conjunto de capital adquirido pelo período de um ano e riqueza (quanto se acumulou ao longo do período estudado). Entretanto, basta em princípio dispor que uma riqueza advinda do capital financeiro traz outras formas de relações sociais, do que uma acumulação com bases em equipamentos profissionais, usando os próprios termos do autor.

Os investimentos, os lucros obtidos e a forma de circulação se dão com características diferentes para cada forma explicitada do capital, de modo que, a conseqüente organização social se dará a partir de formas diferentes para cada país cujas as bases econômicas estiverem atreladas a uma ou mais formas do capital apontadas. Por exemplo, o modelo brasileiro econômico baseado em commodities compõe, majoritariamente, relações específicas aos quais o modelo econômico indiano está posto de uma outra forma. Em detrimento desse processo, a circulação do dinheiro, a organização da riqueza e a distribuição da renda estão postas com bases diferenciadas, mesmo que inseridas em uma universalidade da forma valor.

Em suma, a generalização das diferentes formas do capital e a forma específica de análise do capitalismo a partir da relação Capital/Renda impõe ao autor a relação lógica de análise das crises a partir da circulação, sendo o cerne do problema o processo distributivo. Em termos de dialética podemos analisar, em última instância, que a forma esconde a essência - mas não apenas isso - a forma apresenta a essência. A contradição lógica entre essência e aparência se dá de forma tautológica, isto é, diz necessário a materialidade, mas as formas dessa

---

<sup>24</sup> Ibidem, p.51.

materialidade se desprendem do que as unem enquanto parte integrante de um mesmo sistema. Neste caso, entendemos que a análise das categorias abstratas enquanto forma de ser do capital nos impõe a análise da relação Capital/Trabalho como forma de análise da problemática social para qual a partir dela se desdobram as perspectivas subjacentes.

Piketty<sup>25</sup> não analisa as formas específicas do capital e suas diferentes relações; ao contrário, tenta dispor uma relação de igualdade universalizada entre as mesmas. Entretanto, ele o faz a partir da relação material, dinheiro, infraestrutura, contratos do capital financeiro, ou seja, a representação material do capital. No entanto, a universalidade está posta na forma abstrata do dinheiro enquanto sociabilidade. As materialidades compõem justamente os momentos de diferenciações particulares da metafísica objetiva do capital.

David Harvey<sup>26</sup> incorpora a crítica ao conceito de capital dado por Piketty (2014), através da diferenciação entre dinheiro e capital, ao qual o capital seria o dinheiro que gera mais dinheiro:

Há, contudo, uma dificuldade central no argumento de Piketty. Ele repousa sobre uma definição equivocada de capital. Capital é um processo, não uma coisa. É um processo de circulação no qual o dinheiro é usado para fazer mais dinheiro, frequentemente - mas não exclusivamente - por meio da exploração da força de trabalho. Piketty define capital como o estoque de todos os ativos em mãos de particulares, empresas e governos que podem ser negociados no mercado - não importa se estão sendo usados ou não. Isso inclui terra, imóveis e direito de propriedade intelectual, assim como coleção de arte e de joias. Como determinar o valor de todas essas coisas é um problema técnico difícil, sem solução consensual. Para calcular uma taxa de retorno,  $r$ , significativa, temos de ter uma forma de avaliar o capital inicial. Não há como avaliá-lo independentemente do valor dos bens e serviços usados para produzi-lo, ou por quanto ele pode ser vendido no mercado.

Harvey (2016) continua sua análise apresentando a importância dos dados de Piketty (2014) enquanto prova de que os economistas neoliberais como Milton Friedman, aos quais partiam do princípio de que a lei de oferta e demanda regularia as economias e tenderiam a maior justiça social, estavam errados:

Dinheiro, terra, imóveis, fábricas e equipamentos que não estão sendo usados produtivamente não são capital. Se é alta a taxa de retorno sobre o capital que está sendo usado, é porque uma parte do capital foi retirado de circulação.<sup>27</sup>

---

<sup>25</sup> Ibidem, p.56.

<sup>26</sup> HARVEY, David. *Afterthoughts on Piketty's Capital*. 2014. Disponível em: <<http://davidharvey.org/2014/05/afterthoughts-pikettrys-capital/>>. Acesso em: 22 out. 2016.

<sup>27</sup> Ibidem. Segue trecho sem o número de página pelo fato de ser um texto sem formatação de página.

Neste trecho Harvey deixa claro que a relação fundamental do capital é o seu processo de circulação. Em *O Enigma do Capital*,<sup>28</sup> Harvey nos apresenta um princípio do capitalismo advindo da necessidade de superar os limites geográficos da acumulação, e entende que esta tendência para o domínio dos espaços possui raízes muito mais profundas do que a racionalidade econômica:

Nunca saberemos se o desejo de conquistar o espaço e a natureza é uma manifestação de algum anseio humano universal ou um produto das paixões específicas da classe capitalista.

Portanto, Harvey (2011) critica o conceito de Piketty (2014) acerca do capital enquanto apenas a materialidade e propõe a crítica de que o capital seria um processo de circulação. Este processo é imprimido, segundo o próprio Harvey (2011), por um desejo ou algo mais profundo do que uma racionalidade capitalista.

Harvey (2011) compõe esta teoria em um esforço para se distanciar de uma objetivação econômica e impelir a relação dos sujeitos às consequências históricas. No caso, a gênese de seu pensamento apontada justamente pela sua argumentação do primeiro princípio do capital; a acumulação acaba por se encontrar em uma ontologia do desejo à acumulação, seja burguesa, seja algo do ser humano. Enquanto ontologia, põe-se inquestionável ou sem explicitação teórica de seu funcionamento.

O capital não é apenas circulação ou dinheiro que produz mais dinheiro. Antes disso, o capital é a reunião de categorias fundantes do pensamento, e destas categorias abstratas se advém as contradições imanentes a estruturação capitalista. A contradição lógica entre acumulação e crise da acumulação se desponta enquanto essencialidade para entendermos o que seria este processo ao qual Harvey (2011) impele na forma do desejo de acumular.

Como apontado anteriormente a partir da manifestação lógica na reprodução ampliada como capital enquanto valorização do valor, o que se aparenta é que dinheiro gera mais dinheiro. O capital, e assim sua crise, é posto como a forma identitária dele mesmo: sua passagem formal pressupõe uma forma, aceita como valor, que atravessa para outra forma, a forma-valor, sua identidade lógica acendida a máxima da forma em detrimento do conteúdo, em que o último se expressa, pois, somente em sua negatividade categorial, como forma, ‘a

---

<sup>28</sup> Cf. HARVEY, David. *O enigma do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011. Tradução de: João Alexandre Peschanski. p. 125.

forma é conteúdo dela mesma, sendo o valor e sua valorização condição e resultado do processo social”<sup>29</sup>.

Da produção abstrata do capital, tautológica, no sentido de busca por excedentes cada vez maiores, a troca entre mercadorias dá ao lucro que aí se manifesta o caráter fantasmagórico de excedente de preço; mas que este não passa de uma forma fenomênica, nos termos de Marx, da mais-valia. Partindo do pressuposto de que o lucro provém de algo que o capitalista não pagou ao trabalhador, ou seja, a mais-valia, devemos considerar que há uma taxa de mais-valia implícita na mercadoria, a despeito de que o custo consista, para o capitalista, apenas de parte do trabalho paga.

O capitalista que produz o mais-valor, isto é, que suga trabalho não pago diretamente dos trabalhadores e o fixa em mercadorias, é, decerto, o primeiro apropriador, porém de modo algum o último proprietário desse mais-valor. Ele tem ainda que dividi-lo com capitalistas que desempenham outras funções na totalidade da produção social, como o proprietário fundiário etc. O mais-valor se divide, assim, em diversas partes. Seus fragmentos cabem a diferentes categorias de pessoas e recebem formas distintas, independentes entre si, como o lucro, o juro, o ganho comercial, a renda fundiárias etc. [...]

Além disso, o fracionamento do mais-valor em diversas partes não altera em nada sua natureza, nem as condições necessárias sob as quais ela se converte no elemento da acumulação.<sup>30</sup>

A partir dessa perspectiva temos que, no processo de distribuição, uma de suas formas é o lucro, intrinsecamente a esse processo, mas em um segundo momento, Marx define que a *taxa de mais-valia* é ela mesma denominada segundo o capital variável<sup>31</sup>; segundo o capital global, por sua vez, é ela designada como *taxa de lucro*.

Temos assim que a taxa de mais-valia medida segundo o capital variável tem a mesma grandeza de que a taxa de mais-valia medida segundo o capital global – denominada de *taxa de lucro*. Em outros termos, podemos argumentar que, no excedente da soma global de trabalho contido na mercadoria sobre a soma de trabalho pago contida nela. A mais-valia, qualquer que

---

<sup>29</sup> Cf. ALFREDO, Anselmo. *Crise Imanente. Abstração espacial. Fetichismo do capital e sociabilidade crítica*. São Paulo: Revista Terra Livre, AGB, n°34, 2010. p. 40.

<sup>30</sup> MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Boitempo, 2013. (Volume 1). Tradução de: Rubens Enderle. p. 639-640.

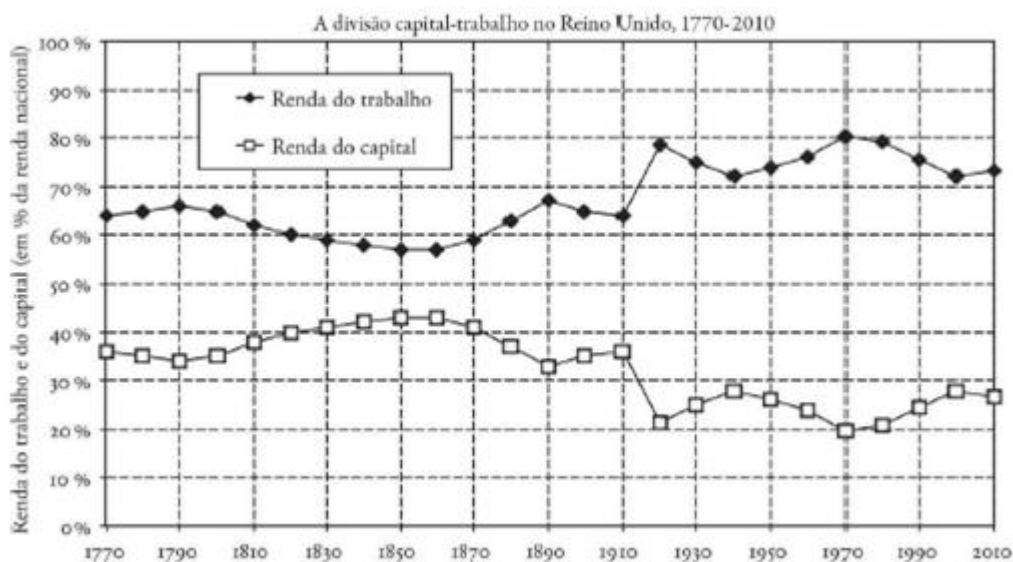
<sup>31</sup> Termo genericamente apreendido como despesa com a compra da força de trabalho.

seja sua origem, é, de acordo com essa afirmação, um excedente sobre o capital global adiantado.

Da transformação da taxa de mais-valia em taxa de lucro deve-se derivar a transformação da mais-valia em lucro, e não o processo contrário. Assim temos que a mais-valia e a taxa de mais valia são, em termos gerais, "o invisível e o essencial"<sup>32</sup>, enquanto que a taxa de lucro e, portanto, a mais-valia como lucro se mostram a forma como se apresenta socialmente.

Neste caso, o desenvolvimento da argumentação de Piketty (2014), exposta anteriormente a partir da primeira lei fundamental do capitalismo incorre em última instancia sob a forma analítica dos dados como podemos analisar no gráfico encontrado no capítulo sexto da segunda parte: *A dinâmica da relação capital/renda*<sup>33</sup>:

Gráfico 1.



Fonte e séries: [www.intrinseca.com.br/ocapital](http://www.intrinseca.com.br/ocapital).

Gráfico 6.1. A divisão capital-trabalho no Reino Unido, 1770-2010 No século XIX, a renda do capital (aluguel, lucro, dividendos e juros) representava cerca de 40% da renda nacional, contra 60% da renda do trabalho (assalariado e não assalariado)<sup>34</sup>.

<sup>32</sup> MARX, Karl. *O capital: Crítica da economia política*. Livro 3, Vol. IV e V: O processo global de produção capitalista. São Paulo: Nova Cultural, 1988. p. 34.

<sup>33</sup> PIKETTY, Thomas. *O Capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014. p. 196.

<sup>34</sup> *Ibidem*, p. 197.

A partir da análise proposta, portanto, os dados de renda do capital, representado por 40% da renda nacional em contrapartida aos 60% da renda do trabalho, entendem como totalidade a forma-dinheiro, sendo esta apenas a aparência fenomênica enquanto materialidade, mas que em si não incorpora a abstração do valor e conseqüentemente, em sua distinção contabiliza duplamente a taxa de mais valia. A primeira apresentada como renda do capital – ao qual contabiliza aluguel, lucro, juros, mas que em todos esses movimentos tem em sua composição a mais-valia retirada do *trabalho humano abstrato* e a segunda cujo é composta pelo salário sendo duas formas de se medir a mesma grandeza, como apresentado anteriormente.

Na seqüência de sua análise, Piketty (2014) incorre acerca dos fatores geradores de igualdade social ou desigualdade social, ao qual o mesmo sugere ser tratado enquanto forças de divergência e forças de convergência.

As forças de divergência surgem enquanto diferenciação entre as taxas de remuneração do capital e taxa de crescimento da economia, quando a primeira cresce substancialmente em relação a segunda. Tal processo faz com que a riqueza herdada aumente mais rápido do que a renda e a produção. Basta então aos herdeiros poupar uma parte limitada da renda de seu capital para que ele cresça mais rápido do que a economia como um todo. Tal força de divergência estrutural seria agravado ainda por outros mecanismos como altas no preço do petróleo ou aumento da especulação imobiliária.

A diminuição da desigualdade aparece na obra de Piketty (2014) através da partilha do conhecimento, enquanto bem público, utilizando como exemplo o aumento da produtividade dos países emergentes. Um conhecimento de produção, um conhecimento específico com objetivo de aumentar a produtividade para que os países periféricos tenham em seus produtos a mesma rentabilidade que os países centrais. O conhecimento surge nesta obra como uma ferramenta objetivada para a diminuição da desigualdade: “No longo prazo, a força que de fato impulsiona o aumento da igualdade é a difusão do conhecimento e a disseminação da educação de qualidade”.<sup>35</sup>

Piketty (2014) determina que a desigualdade pode diminuir ou aumentar, a depender da ação dos agentes sociais. Entretanto, o mesmo pondera posteriormente que, tanto idealmente - pensando no ideal de mercado liberal -, quanto ao analisar os dados estatísticos organizados por

---

<sup>35</sup> Ibidem, p.29.

ele, existe uma tendência ao aumento das desigualdades sociais. Deste modo, o autor sente a universalidade categorial, que nos dias de hoje se dá pelo encontro de categorias fundantes do capitalismo, posta enquanto contradição de si mesmo, acumulação, e levada a valorização do valor, entretanto, se concentra a perceber e entender a aparência do processo, enquanto diferenciação das taxas de capitais que não passam pela mais-valia, portanto, a rentabilidade do próprio capital, e a taxa de crescimento da economia enquanto produção.

Desta forma o autor não inclui em sua análise a contradição adjacente da relação  $D - M - D$ <sup>36</sup> exposta por Marx, do valor enquanto fim último em si mesmo, e não encontra a contradição entre valor de uso e valor de troca, tendo em sua perspectiva de novos valores de uso para a sociedade atual.

A perspectiva de Piketty (2014) leva, em última instância, a uma teoria regulacionista, como se pudessem se criar leis que regulassem a economia para que possamos ter a sociedade capitalista ideal. Entretanto, a questão é lógica, não histórica; a discussão está no substrato da metafísica categorial que rege a organização da sociedade capitalista, e não na percepção objetiva do real naturalizado, como no caso da análise piketiana.

Este processo se apresenta em Piketty (2014) ao não perceber que preço e valor são categorias diferentes, na forma que valor é a composição do tempo de trabalho, que precisa de uma expressão na sociedade, posta pelo preço, na forma de dinheiro. Portanto, pode se ter preço não se tendo valor.<sup>37</sup>

A composição da diferenciação entre preço e valor, juntamente com a análise da teoria da queda tendencial da taxa de lucro e a necessidade de valorização do valor serão o alicerce teórico para nosso argumento, na forma que o capital fictício, enquanto formação fetichista, comporá a interposição necessária entre preço e valor, sendo a partir dele composto o processo de precificação das produções; por exemplo, no aumento do preço da cana, na forma de açúcar ou álcool, enquanto a composição do valor, na forma tempo social médio de trabalho, é diminuída.<sup>38</sup>

---

<sup>36</sup> Cf. MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Boitempo, 2013. (Volume 1). Tradução de: Rubens Enderle. A partir da página 270, Marx desdobra as formas de percepção dos movimentos capitalistas a partir das conversões de dinheiro em mercadoria.

<sup>37</sup> Cf. KURZ, Robert. *Dinheiro sem valor: linhas gerais para uma transformação da crítica da economia política*. Lisboa: Editora Antígona, 2014, p.290.

<sup>38</sup> Cf. PITTA, Fabio Teixeira. *As transformações na reprodução fictícia do capital na agroindústria canavieira paulista: do Proálcool à crise de 2008*. São Paulo, 2016.

E por que o capital compõe uma contradição em seus próprios termos? O capital é constituído enquanto um duplo, uma organização categorial de conceitos e uma forma de sociabilidade sendo sua expressão fenomênica. São processos sociais, determinadores de uma sociabilidade regidos sob uma organização categorial específica.

Pode ser compreendido a partir de sua condição contraditória e, assim, simultânea de realização de si enquanto este processo autônomo e tautológico de tentativa de valorização do valor<sup>39</sup>. Enquanto tal, não basta apenas a acumulação, mas o acumular<sup>40</sup>, tendo o fim em si mesmo, sua identidade última é a si mesmo.

Marx (2013) destaca que a necessidade de redução crítica do tempo de trabalho por unidade de mercadoria para que esta concorra no mercado e realiza a sociabilização de seus proprietários e se desdobra em dois movimentos de crise.

O fenômeno de não realização de uma mercadoria em particular, razão de seu valor estar fora do tempo médio socialmente necessário, que pode ser um pode ocorrer juntamente com diversas outras unidades produtivas e conduz a paralisações, falências e fusões, relacionadas a crises de superprodução de mercadorias<sup>41</sup>. A impossibilidade de valorização do valor determina, aqui, a não realização do valor de uso de uma mercadoria por meio de sua comercialização/consumo.

No capítulo XXIII, ‘‘A lei geral da acumulação capitalista’’, por exemplo, Marx (1984a) formula uma crise de acumulação que passa pela elevação dos salários dos trabalhadores em razão da expansão da produção sem aumento da massa de trabalhadores disponíveis no mercado, o que reduz as taxas de lucro do capital (*mais valia absoluta*, Marx, 1983). A contradição entre dinheiro (autonomizado) a se valorizar e valor produzido no processo produtivo de mercadorias é neste momento formulada como determinação da acumulação como devir do capital, desdobramento da contradição mais simples da forma mercadoria, entre valor e valor de uso.<sup>42</sup>

---

<sup>39</sup> Cf. ALFREDO, Anselmo. *Reprodução crítica, modernização contraditória. O tempo como fetiche de razão na irracionalidade espacial do capital*. São Paulo, 2008. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egall2/Geografiasocioeconomica/Geografiaeconomica/28.pdf> Acesso em: 04/02/2017.

<sup>40</sup> Cf. MARX, Karl. *Grundrisse - Manuscritos Econômicos de 1857-1858: Esboços da Crítica da Economia Política*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011. Tradução de: Mario Duayer, p. 257

<sup>41</sup> Cf. ALFREDO, Anselmo. *Crítica à economia política do desenvolvimento e do espaço*. São Paulo: Annablume, 2013. p. 233 – 281.

<sup>42</sup> PITTA, Fabio Teixeira. *As transformações na reprodução fictícia do capital na agroindústria canavieira paulista: do Proálcool à crise de 2008*. São Paulo, 2016. p. 149.



A contradição apresentada por Marx (1988) apud Pitta (2016) desdobra-se na lógica de *superpopulação relativa*<sup>43</sup> a partir da relação entre a realização da acumulação e o desenvolvimento das forças produtivas, ao qual necessariamente ambas estão intrinsecamente conectadas. Tal processo, por sua vez, move a redução dos postos de trabalho no processo produtivo e garante o rebaixamento de salários com fim último a acumulação. Este processo pode ser um dos momentos do desenvolvimento capitalista.

Um segundo movimento apresentado incorre a partir do aumento da composição orgânica do capital, razão entre o K constante e o K variável, e é desdobramento do processo crítico de tentativa de valorização do valor sobre os capitais individuais - a partir da concorrência – e se dá na forma de exploração da mais-valia, este processo, já apresentado anteriormente como Lei da queda tendencial da taxa de lucro.

A tendência progressiva da taxa geral de lucro a cair é, portanto, apenas uma expressão peculiar ao modo de produção capitalista para o desenvolvimento progressivo da força produtiva social do trabalho. Com isso não está dito que a taxa de lucro não possa cair transitoriamente por outras razões, mas está provado, a partir da essência do modo de produção capitalista, como uma necessidade óbvia, que em seu progresso a taxa média geral de mais-valia tem de expressar-se numa taxa geral de lucro em queda. Como a massa de trabalho vivo empregado diminui sempre em relação à massa de trabalho objetivado, posta por ele em movimento, isto é, o meio de produção consumido produtivamente, assim também a parte desse trabalho vivo que não é paga e que se objetiva em mais-valia tem de estar numa proporção sempre decrescente em relação ao volume de capital global empregado. Essa relação da massa de mais-valia com o valor do capital global empregado constitui, porém, a taxa de lucro, que precisa, por isso, cair continuamente.<sup>44</sup>

Sendo assim, a análise de Marx (1988), não está no âmbito somente da relação entre dinheiro e mercadoria, enquanto materialidade, mas deslocada para a relação entre dinheiro e valor – mais-valia produzida – como Pitta<sup>45</sup> apresenta:

---

<sup>43</sup> Cf. MARX, Karl. *O capital: Crítica da economia política*. Livro 3, Vol. IV e V: O processo global de produção capitalista. São Paulo: Nova Cultural, 1988. p. 168.

<sup>44</sup> Ibidem, p. 164

<sup>45</sup> PITTA, Fabio Teixeira. *As transformações na reprodução fictícia do capital na agroindústria canavieira paulista: do Proálcool à crise de 2008*. São Paulo, 2016. p. 151.

Os desdobramentos da contradição crítica mais simples da forma mercadoria se efetivam em um movimento necessário da ampliação inexorável do desenvolvimento das forças produtivas, o que resulta em aumento da massa de mercadorias a serem produzidas e consumidas, assim como em uma dificuldade cada vez maior do capital se reproduzir por meio da valorização do valor. O valor individual da mercadoria cai e a necessidade de aumentar a produção para incorporar trabalho produtivo que compense a dispensa promovida pelo aumento da composição organiza engendra um processo contínuo de aprofundamento dos potenciais de paralisação da acumulação.

Tal proposição nos leva a considerar que, segundo a teoria da queda tendencial da taxa de lucro - que será exposta e discutida posteriormente -, quanto mais lucro os capitais geram, mais difícil será obter um sobre lucro sob eles, de modo que, o fim último do capital, a valorização do valor, cada vez menos consegue se realizar.

Quanto mais se acumula, menos se tem a possibilidade de acumulação. Portanto, quanto mais se desenvolvem as forças produtivas capitalistas, mais estas estão postas enquanto crise de um capitalismo que tenta acumular. A tecnologia, por exemplo, seria a tentativa de diminuir custos da produção para obter mais lucro na realização final do valor no mercado; não porque o lucro obtido é pequeno, mas porque, na concorrência, onde só se descobre quem lucrou mais ao final do processo, todas as empresas têm que diminuir seus custos para obter a realização do valor da produção, em específico nos tempos atuais sob a hegemonia do capital fictício, ao qual trataremos posteriormente.

De fato, a lei da queda tendencial da taxa de lucro não impõe um fim último ao capitalismo, no entanto, conserva uma relação de necessidade sob a lógica desta sociedade no sentido que, para o capital global, diferente dos capitais individuais, aplica-se que o desenvolvimento permanente das forças produtivas, determinado pela pressão da concorrência, aumenta a necessidade de investimentos, aplicando capital material morto, nos termos de Kurz<sup>46</sup>, à produção, e assim também afeta nos custos prévios globais. Não se tratando de mera possibilidade ou, mais uma vez, de um caso dentre vários processos econômicos, mas de

---

<sup>46</sup> Cf. KURZ, Robert. *Dinheiro sem valor: linhas gerais para uma transformação da crítica da economia política*. São Paulo: Editora Antígona, 2014. p.278. O autor irá designar capital material morto enquanto a parte de trabalho feita pela maquinaria e não pela mão de obra humana, de forma que, em última instância, teríamos cada vez mais capital material morto, substituindo a mão de obra humana, e portanto, a economia tendendo a perder seus índices de mais valia. Essa mais-valia, sendo uma duplicidade, enquanto taxa de lucro e enquanto taxa em relação aos custos prévios do capital variável, que é o único que produz novo valor e, por conseguinte, mais-valia.

necessidade absoluta no âmbito de um processo histórico, que vai avançando através de sua organização lógica abstrata, tratando-se de uma lei na dinâmica efetiva do capital.

## 2. O QUE SÃO COMMODITIES E QUAL A QUESTÃO DOS DERIVATIVOS

As commodities – ou commodity, no singular – é uma expressão do inglês que se difundiu no linguajar econômico para fazer referência a determinado bem ou produto de origem primária comercializado nas bolsas de mercadorias e valores de todo o mundo e que possui um grande valor comercial e estratégico. Geralmente, trata-se de recursos minerais, vegetais ou agrícolas, tais como o petróleo, o carvão mineral, a soja e outros produtos primários.

Esses produtos influenciam, em grande parte, o comportamento de determinados setores econômicos ou até da economia como um todo. Isso significa que as oscilações em seus preços influenciam outras atividades, como a industrial e também o comércio, que contarão com matérias-primas mais caras ou mais baratas para a produção e comercialização de suas mercadorias.

Quando determinada matéria-prima ou mercadoria é considerada como uma commodity, ela passa a ter o seu preço gerido não pelo valor estipulado na produção, mas sim pela sua cotação no mercado, geralmente nas grandes corretoras de valores.

As bolsas de valores de países periféricos contêm maior porcentagem de empresas de commodities, de modo que sofrem grande influência das oscilações desse mercado. A BM&F BOVESPA S. A. detêm quase metade de suas empresas com capitais abertos sendo relacionadas a commodities<sup>47</sup>.

Mas como são os investimentos em commodities?

Esses produtos primários são vendidos na forma de contratos<sup>48</sup>, isto é, de comprar uma porcentagem de lucro da revenda da produção dos mesmos. São investimentos de renda variável em mercados futuros. Renda variável é todo investimento ao qual não existe uma estipulação prévia do ganho do investimento, diferentemente de um investimento em renda fixa ao qual já estão estipulados os ganhos do investimento previamente, ao qual o lucro advém na forma de juros compostos.

Em um investimento de renda variável, tanto o lucro quanto o prejuízo podem ser altos, justamente por depender da realização monetária de seus contratos. No caso de mercados de

---

<sup>47</sup>Cf. Lista de empresas com capital aberto na corretora BM&FBOVESPA S. A. <[http://www.bmfbovespa.com.br/pt\\_br/produtos/listados-a-vista-e-derivativos/renda-variavel/empresas-listadas.htm](http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/listados-a-vista-e-derivativos/renda-variavel/empresas-listadas.htm)>. Acesso em: 20/02/2017.

<sup>48</sup> Contratos e títulos serão utilizados como sinônimos nesta argumentação, não adentrando nas diferenciações entre ambos.

ações, ele se difere do mercado de futuros, ao qual as commodities estão associadas, pois se negocia, tanto, contratos antigos, quanto, contratos recentes de uma empresa que abriu seu capital há pouco tempo. Neste processo, o acionista detém participação nos lucros das empresas e de seus dividendos. No mercado de futuros apenas se negocia produtos disponíveis para consumo imediato ou futuro, não podendo contar com dividendos passados por exemplo.

Tal processo está sendo entendido como momento composto pela tentativa de realização crítica de valorização do valor, posta em sua forma de capital fictício, enquanto tentativa de rentabilizar os capitais, que ao não passarem pela composição da mais-valia, perdem valor, enquanto aumentam o preço especulativamente. Deste modo, temos uma contradição instaurada na organização lógica categorial ao qual leva necessariamente a formação de bolhas inflacionárias em diversos setores, entre os quais, o mercado de futuros e, em específico neste momento histórico analisado, no investimento em commodities.

Os contratos futuros são negociados em diversas corretoras pelo mundo, entretanto, pelo fato das corretoras de valores dos países periféricos, aos quais os países emergentes e o Brasil fazem parte, terem em seu leque de empresas maior quantidade de empresas negociadoras de commodities, esses países sofrem maiores influências das oscilações dos preços das mesmas.

Como esta análise está centrada na composição do valor, entendendo esses processos enquanto globais e por consequência simultâneos, a tese, na qual estamos tentando demonstrar as correlações lógicas entre processos díspares, aponta no sentido de que haja uma tentativa de rentabilização de capitais ociosos sob as corretoras dos países periféricos logo após a quebra da NASDAQ, aos quais são grandes produtores de commodities.

Ao abrir capital em bolsa de valores, uma empresa produtora de commodity espera ter um capital prévio para obter um lucro esperado. Desta forma, eles podem se vincular a uma promessa de rendimento futuro proveniente da negociação do preço do produto. Os preços podem, assim, inclusive, simplesmente oscilar devido a investidores que começam a comprar estes títulos para fazer seu preço subir e depois revendê-los, sendo primordialmente este tipo de relação feita em mercados de futuros.

O mesmo processo ocorre quanto ao preço da terra e ações de empresas corporativas de diversos setores, interessando às empresas a subida especulativa destes, a fim de aumentar sua capacidade de endividamento e os rendimentos na própria comercialização destes índices, o que pode até gerar um processo prolongado de sustentação desta inflação, ao qual desta deriva o *boom* dos preços das commodities nos anos 2000, até a inevitável deflação.

Partindo da análise de Pitta<sup>49</sup> acerca das empresas com capital aberto na bolsa de valores, o mesmo insere sua organização lógica à estruturação analítica de Marx ao abordar em primeira instância o capital acionário de uma empresa enquanto relação de autonomização entre capital financeiro e capital produtivo, para posteriormente lidar com a questão da existência dos mercados/corretoras de negociação destas ações de empresas:

1) Enorme expansão da escala de produção e das empresas, que era impossível para capitais isolados. Tais empresas, que eram governamentais, tornam-se ao mesmo tempo sociais. [...]

3) Transformação do capitalista realmente funcionante em mero dirigente, administrador de capital alheio, e dos proprietários de capital em meros proprietários, simples capitalistas monetários. [...]

Mesmo se os dividendos que recebem incluem o juro e o ganho empresarial, isto é, o lucro total (pois o ordenado do dirigente é ou deve ser mero salário por certa espécie de trabalho, como o de qualquer outro trabalho), esse lucro total passa a ser recebido somente na forma de juro, isto é, como mera recompensa à propriedade do capital, a qual agora é separada essa função, na pessoa do dirigente, é separada da propriedade do capital.<sup>50</sup>

As autonomizações da propriedade do capital em relação ao processo produtivo devêm dos títulos de propriedade deste capital, funcionando como rendimentos relativos a promessas de trabalho futuro, enquanto commodities neste estudo de caso, e podem ou não ser remunerados na relação fundamental do dinheiro (D) – mercadoria (M) – dinheiro (D), acrescentado a mais-valia produzida ao longo do processo produtivo.

A promessa de rendimentos para os proprietários de títulos faz com que os preços destes títulos se descolem dos rendimentos produtivos conforme promessas de rendimentos futuros e levem a uma ampliação da busca pela propriedade destas ações nos mercados de capitais, fato que eleva seus preços, assim como o preço de mercado da empresa representada por estas ações.<sup>51</sup>

No gráfico 2 abaixo, nota-se a alta nos preços dos preços de commodities ao longo de 40 anos e o aumento exponencial do preço a partir de 2002:

---

<sup>49</sup> Cf. PITTA, Fabio Teixeira. *As transformações na reprodução fictícia do capital na agroindústria canavieira paulista: do Proálcool à crise de 2008*. São Paulo, 2016. p. 122.

<sup>50</sup> MARX, Karl. *O capital: Crítica da economia política*. Livro 3, Vol. IV e V: O processo global de produção capitalista. São Paulo: Nova Cultural, 1988. p. 332.

<sup>51</sup> Cf. PITTA, Fabio Teixeira. *As transformações na reprodução fictícia do capital na agroindústria canavieira paulista: do Proálcool à crise de 2008*. São Paulo, 2016. p. 124.



Pode-se entender como capital fictício essa autonomização do preço da empresa e dos produtos em relação à sua capacidade de produzir, estruturação pela relação de dinheiro criador de mais dinheiro, que pode ocorrer sem qualquer relação com a expropriação da mais-valia, derivada do trabalho, produtora de valor.

Este processo de dinheiro gerador de mais dinheiro deslocado da produção e, portanto, da mão de obra, é fundamentalmente crítico, não ocorrendo sem atritos e tendo um período relativo de acumulação fictícia, decorrendo depois da deflação dos preços destes títulos.

No processo de precificação das commodities, este processo de deflação se instaurou no início dos anos 2000, tendo a queda dos preços dos produtos essenciais como petróleo, soja e minério de ferro.

Marx advém este desdobramento lógico do capital acionário que rende juros:

Os títulos de propriedade sobre empresas por ações, ferrovias, minas etc. são, de fato, conforme igualmente vimos, títulos sobre capital real. Entretanto não dão possibilidade de dispor desse capital. Ele não pode ser retirado. Apenas dão direito a uma parte da mais-valia a ser produzida pelo mesmo. Mas esses títulos se tornam também duplicatas de papel do capital real, como se o reconhecimento de carga recebesse um valor além do da carga e simultaneamente com ela. Tornam-se representantes nominais de capitais inexistentes. Pois o capital existe a seu lado e não muda de mãos pelo fato de essas duplicatas mudarem de mãos. Tornam-se formas do capital portador de juros, não apenas por assegurar certos rendimentos, mas também porque, pela venda, pode ser conseguido seu reembolso como valores-capitais. Na medida em que a acumulação destes papéis expressa a acumulação de ferrovias, minas, navios, etc., ela expressa a ampliação do processo real de reprodução, do mesmo modo que a ampliação de uma relação de impostos sobre, por exemplo, bens móveis indica a expansão desses bens. Mas, como duplicata que são, em si mesmas, negociáveis como mercadorias e, por isso, circulam como valores-capitais, elas são

ilusórias e seu valor pode cair ou subir de modo inteiramente independente do movimento de valor o capital real, sobre o qual são títulos.<sup>52</sup>

Desta forma, o capital que rende a juros, além de representar esse momento crítico do próprio capital, socialmente, permite às empresas com capital aberto em corretoras maior acesso ao endividamento sobre o preço de mercado de suas ações, mesmo que seja estritamente sobre a produção e não sobre o preço de parte de sua empresa em si. Existe uma relação de determinação entre a ampliação da produtividade, a produção das empresas como promessa de rendimentos futuros e a subida dos preços de suas ações como possibilidade desta ampliação.

Tal processo pode se expandir inflacionariamente através do aumento dos preços dos produtos nos mercados futuros, dada a maior circulação de dinheiro na forma de capital fictício. O desdobramento lógico deste processo é a abertura de capitais de uma empresa como promessa destes rendimentos futuros levando a própria expansão do acesso ao crédito, bem como, com o aumento das commodities, negociam-se novas cartas de crédito sob a promessa de expansão do mercado, o que faz com que os preços destes mesmo produtos aumentem permitindo a rolagem de suas dívidas e reiniciar o processo na forma de derivativos, por exemplo.

Junto ao caso brasileiro, por exemplo, entre 2003 e 2008 quando houve aumento dos preços das commodities, o processo produtivo da maioria delas se intensificou, como é o caso da soja<sup>53</sup>. É justamente a especulação com uma mercadoria<sup>54</sup> que se realiza criticamente ao ser consumida, fato que faz parecer não haver descolamento entre ficcionalização e a valorização do valor, já que a produção aparenta ter percorrido todo o caminho D – M – D.

A necessidade de contínua expansão desse processo, graças à contradição lógica capitalista entre a valorização do valor e a queda tendencial da taxa de lucro, dado o momento atual de ficcionalização de capitais, expõe-nos à necessidade de acesso a novas dívidas como forma dessa expansão, ao qual os derivativos seriam um novo desdobramento de tal expansão inflacionária.

Derivativo é um contrato no qual se estabelecem pagamentos futuros, cujo montante é calculado com base no valor assumido por uma variável, tal como o preço de um outro ativo

---

<sup>52</sup> MARX, Karl. *O capital: Crítica da economia política*. Livro 3, Vol. IV e V: O processo global de produção capitalista. São Paulo: Nova Cultural, 1988. p. 20.

<sup>53</sup> Cf. Relatório da EMBRAPA acerca do desenvolvimento, mercado e rentabilidade da soja brasileira em 2008. <file:///C:/Users/User/Desktop/gr%C3%A1fico%20super%C3%A1vit%20brasileiro%202000-2008.pdf>

<sup>54</sup> Cf. ROTTA, Tomas Nielsen. *Dinheiro inconvertível, derivativos financeiros e capital fictício: a moderna lógica das formas*. São Paulo, 2008. Em sua tese de mestrado, o autor apresenta a relação do mercado fictício enquanto o dinheiro na forma de mercadoria para produção de mais dinheiro.



(e.g. uma ação ou commodity), a inflação acumulada no período, a taxa de câmbio, a taxa básica de juros ou qualquer outra variável dotada de significado econômico. Derivativos recebem esta denominação porque seus preços de compra e venda derivam do preço de outros ativos, denominado ativo-objeto.

Os derivativos, entendidos em seu sentido amplo, existem desde o século XVIII, inicialmente sob a premissa de padronizar a quantidade e a qualidade de grãos comercializados. Entretanto, logo se tornaram um processo especulativo de contratos futuros.

O mercado de derivativos pode ser utilizado, em vias gerais, através de corretoras (*exchanges*) ou sendo um mercado direto - *over-the-counter* (OTC) - onde ocorrem um número maior de transações e, conseqüentemente, um volume de capitais mobilizados<sup>55</sup>.

Não obstante, a dinâmica mundial dos últimos 30 anos implementou algo inédito nestes mercados de contratos: a dominância dos derivativos financeiros sobre os derivativos de mercadorias. Enquanto os segundos estão presentes desde há muito, os primeiros são especificamente relacionados às finanças modernas da era pós-Nixon, sendo que já representam 98% de todas as transações com derivativos<sup>56</sup>.

Com tais novos instrumentos, um agente pode controlar uma quantidade muito grande de um ativo sem de fato possuí-lo, pois somente uma pequena parte do contrato é “real”. A quantidade efetivamente investida é ínfima perto do valor do contrato que ele comanda. Em outras palavras, os derivativos – e em especial os financeiros – controlam valores bem superiores aos valores de fato existentes e, por isso, assumem também a capacidade de determinar com muito mais influência as variáveis-chave da economia, como câmbio e juros.<sup>57</sup>

A perspectiva de Hull (2006) e Rotta (2008) nos auxilia no debate acerca da potência destes derivativos financeiros em gerir a economia e, portanto, de ser um grande influenciador das taxas de juros, de câmbio e porque não dos preços dos produtos. No entanto, como vimos anteriormente, a lógica dos processos especulativos de criação dos derivativos é composta pelos processos de desvalorização do valor na forma assumida prioritariamente no século XXI do capital fictício, enquanto expansão fictícia do dinheiro, na forma de contratos futuros e crédito,

---

<sup>55</sup> Segundo dados do BIS, apresentados em Hull, em junho de 2004, o volume de transações via corretoras era de 50 trilhões de dólares, enquanto que as de OTC já chegavam à marca de 220 trilhões de dólares.

<sup>56</sup> Cf. HULL, John C. *Option, future and other derivatives*. 6ª ed. Prentice Hall, 2006.

<sup>57</sup> ROTTA, Tomas Nielsen. *Dinheiro inconversível, derivativos financeiros e capital fictício: a moderna lógica das formas*. São Paulo, 2008. Em sua tese de mestrado, o autor apresenta a relação do mercado fictício enquanto o dinheiro na forma de mercadoria para produção de mais dinheiro. P. 183.

este processo metafísico ao qual organiza logicamente as ações de mercado também impõe uma reorganização geográfica enquanto desenvolvimento desigual dos espaços, como veremos posteriormente.

Os derivativos financeiros podem ser apreendidos tradicionalmente na forma de políticas de seguro, enquanto instrumentos de gerenciamento de riscos e de mecanismos de especulação. Todavia, apreendemos este recurso econômico não apenas na forma social posta, mas imaginando-o enquanto uma existência efetiva de algo, o capital, que tende a fornecer o valor unificador de todas as esferas autonomizadas da vida social.

Em Hegel, os indivíduos aparecem ligados à sua função social. Há um elemento unificador que opera como um padrão geral de racionalidade compartilhado e ordenador de todas as esferas de valor, mesmo que o autor tente encontrar este processo universalista a partir das relações singulares dos indivíduos. Em Marx, este elemento unificador de todas as esferas sociais é a forma capital.

Decompondo o pensamento marxiano, o moderno uso dos derivativos nos fornece um claro exemplo de como a forma capital fornece este eixo balizador de todas as esferas sociais, mesmo que, enquanto processo categorial abstrato, a crise seja inerente à forma social. A lógica é, acima de tudo, uma relação social, de modo que, o pensar já é práxis, já é uma ação.

Divergindo de argumentos que apresentam os derivativos como instrumentos de gerenciamento de risco através do controle prévio dos preços, assim, assumindo ou se livrando dos riscos das variações de preços pré-calculadas. Nesta forma, quem compra um derivativo não detém o ativo, contrato inicial, mas são apenas donos subjacentes deste ativo, fazendo assim com que os derivativos sejam um meio a cobrir os riscos das oscilações futuras de preços.

Poderia se pensar em primeira instância que essas novas negociações trazem novos riscos, como o aumento da volatilidade dos mercados financeiros, que não aprofundaremos no projeto, mas que fique registrado sua importância vital no processo de crescimento das bolhas e nas mudanças de investimentos. Basta-nos pelo momento demonstrar que os derivativos trazem essa volatilidade, a ser explorada pelos contraentes ao migrar para diferentes bolsas de valores dependendo da rentabilidade do momento.

Em segundo plano, o projeto aponta no sentido dos derivativos serem consequência do processo de expansão/crise do valor; expansão enquanto papel, forma monetária concreta que tenta balizar a diminuição crítica do valor sob a mesma forma monetária concreta.

A crise<sup>58</sup>, portanto, pode ser entendida como forma específica de desenvolvimento da economia do fetiche do capital que se manifesta reificada na forma do dinheiro e, assim, como desenvolvimento e movimento deficitários do sujeito automático. Que se ocasionem reações subjetivas a isso (políticas, ideológicas, culturais)<sup>59</sup> que ajudem a determinar a forma do desenvolvimento concretamente empírica em tempos de crise, isso é coisa diferente e não altera em nada no caráter objetivado da crise enquanto tal.

Esta perspectiva expande a crítica e a forma de se enxergar os derivativos enquanto uma ferramenta de controle de risco, alertando-nos para o caráter objetivado das crises, portanto, não sendo uma ferramenta paliativa do processo capitalista, mas sim enquanto realização de uma lógica abstrata fenomenicamente expressada nesta relação particular da bolsa de valores, pelos capitais fictícios, posteriormente na forma de derivativos.

Os derivativos financeiros podem ser considerados então capital fictício que medeia o capital fictício, isto é, capital fictício que medeia a si mesmo<sup>60</sup>. O ganho advindo do contrato de derivativo financeiro advém de outro ativo que também já está autonomizado em relação a produção.

Deste modo, o dinheiro duplamente perde seu valor advindo da mais-valia de uma produção cada vez mais robotizada em um primeiro momento, e seu preço autonomizado da produção pelas relações de ativos e derivativos.

---

<sup>58</sup> Cf. KURZ, Robert. *Dinheiro sem valor: linhas gerais para uma transformação da crítica da economia política*. São Paulo: Editora Antígona, 2014.p. 212-219.

<sup>59</sup> Não se entrará no mérito das relações subjetivas determinadas sob os aspectos sociais, embora entenda-se como primordial sua análise posteriormente para a construção teórica. Entenderemos pelo momento apenas como parte integrante da estruturação do pensamento subjetivo enquanto construtor das relações particulares, dado que o projeto tenta abordar as relações universalistas da forma valor pela economia. Tem-se como objetivo incluir posteriormente a discussão da construção da perspectiva particular sobre a relação social. Por enquanto, temos de apontamentos a própria crítica de Kurz para o individualismo metodológico e para o movimento dos capitais individuais vs. capitais globais. Outra perspectiva possível de ser abordada é a relação dialógica proposta por Mikhail Bahktin na construção do pensamento do indivíduo; cf. *Os gêneros do discurso*.

<sup>60</sup> ROTTA, Tomas Nielsen. *Dinheiro inconversível, derivativos financeiros e capital fictício: a moderna lógica das formas*. São Paulo, 2008.

### **3. O QUE FOI A QUEBRA DA NASDAQ, O CASO CHINÊS E COMO TAL PROCESSO INFLUENCIOU NO AUMENTO DO PREÇO DAS COMMODITIES**

Neste capítulo iniciaremos discutindo alguns aspectos da economia chinesa, considerando sua importância para o entendimento dos movimentos econômicos mundiais atuais. Em seguida, será analisado a quebra da corretora NASDAQ a partir do qual discutiremos a relação com o aumento do preço das commodities.

Segundo documento oficial do Banco Nacional de desenvolvimento econômico e social<sup>61</sup> dois eventos importantes afetaram a economia brasileira no período datado de 2002 a 2012. O primeiro advém da consolidação da China como potência econômica e importante produtora e compradora de produtos primários como constatamos acima. O segundo momento citado provém da redistribuição de forças econômicas e políticas entre as economias desenvolvidas e as emergentes.

Depois de três décadas de crescimento próximo a 10% a.a., a China ganhou dimensão importante como potência econômica, superando, em volume de produção, países como Alemanha e Japão. Há até mesmo a perspectiva de se tornar a maior economia do planeta, possivelmente, antes de 2020, conforme previsões do Fundo Monetário Internacional (FMI). Apesar de o crescimento elevado ter se iniciado na década de 1970 e se mantido nas décadas posteriores, foi nos anos 2000 e, sobretudo, a partir da adesão à Organização Mundial do Comércio (OMC), ocorrida em novembro de 2001, que a economia chinesa consolidou seu papel como importante provedora de bens manufaturados gerais, em escala global.<sup>62</sup>

A emergência de China como parque industrial consumidor trouxe importante repercussão para o crescimento dos países emergentes e desenvolvidos e influenciou a ordem econômica global. A queda dos preços dos produtos manufaturados contribuído pela produção chinesa é um ponto importante a se abordar. Embora não nos aprofundaremos, é importante registrar que a combinação de preços baixos com a elevada competitividade dos produtos

---

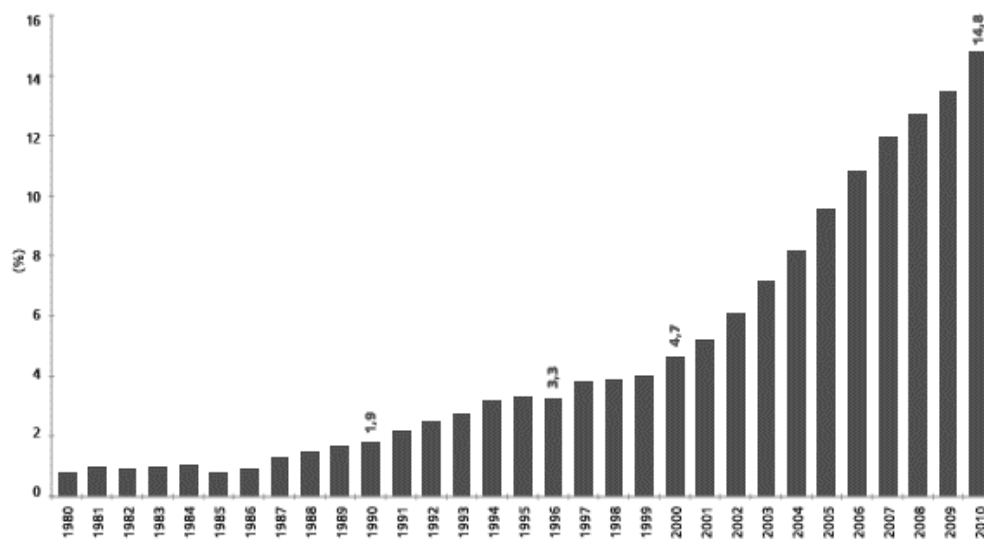
<sup>61</sup> Banco Nacional de desenvolvimento econômico e social. *A economia brasileira: conquistas dos últimos dez anos e perspectivas para o futuro*. 2012.

<sup>62</sup> *Ibidem*, p.7.

chineses proporcionou o aumento dos déficits comerciais de países desenvolvidos. Em outros termos, o desenvolvimento tecnológico agregado ao baixo custo do salário e a grande oferta de mão de obra (Mais-valia) chinesa se deram como impulsionadores desta economia como analisaremos posteriormente.

Gráfico 4.

PARTICIPAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES CHINESAS (%) NO TOTAL DAS EXPORTAÇÕES MUNDIAIS DE MANUFATURADOS



Fonte: Organização Mundial do Comércio.

É notável no gráfico acima um aumento gradativo da participação das exportações chinesas mediante o total de exportações de produtos manufaturados na década de 1980 a 1990 e um crescimento exponencialmente relevante a partir dos anos 2000, em 10 anos, essa participação praticamente triplicou, passando de 4,7% em 2000 para 14,8% em 2010.

O documento do BNDES indica dois momentos importantes de análise para o entendimento da ascensão econômica Chinesa, a primeira relacionada ao desenvolvimento de um parque industrial e um segundo momento quanto a entrada para a Organização Mundial do Comércio e as políticas de inflação e juros.

A emergência da China como parque industrial do planeta trouxe importantes repercussões sobre o dinamismo de países emergentes e desenvolvidos e influenciou, até mesmo, a orientação da política economia em escala mundial. A queda dos preços

de produtos manufaturados, tornada possível graças ao avanço da indústria chinesa, contribuiu para a manutenção de inflação em patamares historicamente baixos.<sup>63</sup>

Sob a afirmação, seria o caso de se introduzir a pergunta acerca da relevância da construção do parque industrial Chinês e como o mesmo trouxe consequências para o desenvolvimento dos países periféricos.

A partir da construção da argumentação – partindo do pressuposto que essa é apenas uma forma de análise do objeto não restringindo a outras perspectivas – entende-se que o preço relativamente baixo da mão de obra chinesa, juntamente com o desenvolvimento tecnológico impôs um novo salto qualitativo de produção de mercadorias, sendo assim, houve uma transformação nos parâmetros da composição orgânica do capital, em consequência, nos termos de Pitta<sup>64</sup>, do devir crítico da concorrência sobre os capitais individuais.

Há de se ressaltar, previamente, a diferença na forma de acumulação exposta em Kurz<sup>65</sup> acerca do desenvolvimento das forças produtivas após as décadas de 1970 e 1980. O autor entende que houve uma mudança qualitativa no que se refere à relação entre capital produtivo e capital fictício nas décadas citadas, consequência da terceira revolução industrial, em que a generalização dos processos de automação da produção através da microeletrônica teria passado a dispensa força de trabalho em números exponencialmente maiores. Por conseguinte, temos uma redução em termos absolutos do capital variável e da produção de valor a compor as produções.

Pitta<sup>66</sup> apreende a perspectiva de Kurz (1995), apresentando o conceito de *crise da sociedade do trabalho*:

O que Kurz (1995)<sup>67</sup> está aqui sugerindo diz respeito a uma forma de reprodução da forma mercadoria como relação social – reprodução sempre crítica – que passa pela metamorfose  $D - M - D'$ , mas que, por sua vez, não ocorre realizando valorização do valor. Ou seja, não deixam de existir processos de exploração do

---

<sup>63</sup> Ibidem, p. 7.

<sup>64</sup> PITTA, Fabio Teixeira. *As transformações na reprodução fictícia do capital na agroindústria canavieira paulista: do Proálcool à crise de 2008*. São Paulo, 2016. p. 154.

<sup>65</sup> KURZ, Robert. *A ascensão do dinheiro aos céus*, Revista Krisis, n° 16-17, 1995. p. 18.

<sup>66</sup> PITTA, Fabio Teixeira. *Op. Cit.*, p. 155.

<sup>67</sup> KURZ, Robert. *A ascensão do dinheiro aos céus*, Revista Krisis, n° 16-17, 1995.

trabalho e de apropriação de mais-valia, porém, estes não ocorreriam nos montantes necessários para repor os pressupostos necessários à continuidade do processo social de acumulação de capital, o que configuraria uma *crise da sociedade do trabalho*.<sup>68</sup>

Este processo, portanto, nos apresenta uma possibilidade de se pensar uma reprodução crítica da forma fictícia capitalista, de modo que, a partir do processo de dessubstancialização<sup>69</sup> e sem valorização do valor nos níveis necessários para reprodução ampliada do capital. Há de se destacar que a produção material de mercadorias, enquanto forma, pode continuar exponencialmente crescendo, mesmo em um momento de não valorização do valor, justamente por este momento da reprodução fictícia capitalista.

Deste modo, entendemos que mesmo um país com seu desenvolvimento baseado na produção como é o caso Chinês participa deste processo, a partir do que foi citado acima, e tendo em vista a crise de bolhas especulativas que assolou as bolsas de Shanghai e Shenzhen a partir de 2015.

Segundo Mylène Gaulard<sup>70</sup>, os créditos dados pelo sistema bancário chinês passaram de 100% do PIB em 1996 a 170% em 2014, sendo que estes números não levam em conta os empréstimos informais, dado que há um crescente desenvolvimento do crédito informal provocado pela dificuldade das famílias e empresas privadas acessarem os empréstimos.

Enquanto isso a taxa de investimento, no período de 2008 era de 47% em relação ao PIB, um recorde até o momento, ao discorrer acerca das dívidas públicas chinesas, Gaulard<sup>71</sup>, partindo da análise de Hochraich e Delozier, aponta o processo pelo qual essas dívidas estão sendo tratadas e qual tamanho delas:

O risco vem principalmente de empresas estatais, empresas que detém taxas de endividamento superiores à 80%, enquanto seus desempenhos são muito mais baixos do que a média nacional, protegidas da concorrência e recebendo muitos subsídios estatais, os dirigentes não estavam buscando aumentar a produtividade dessas empresas, e estes foram caracterizados por sua temível ineficiência. Ainda hoje, dívidas incobráveis continuam a se multiplicar nesses negócios, embora o

---

<sup>68</sup> KURZ, Robert. *O colapso da modernização: Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. 5. Ed. São Paulo, Paz e Terra, 1999.

<sup>69</sup>Cf. KURZ, Robert. *A guerra de ordenamento mundial. O fim da soberania e as metamorfoses do imperialismo na era da globalização*. 2003.

<sup>70</sup>GAULARD, Mylène. *La crise du capitalisme chinois*, *Jornal Eletronico Contretemps*, 2016.

<sup>71</sup> GAULARD, Mylène. *Les limites de la croissance chinoise*. *Revue Tiers Monde*, n°200, 2009/4. p. 875 a 893.

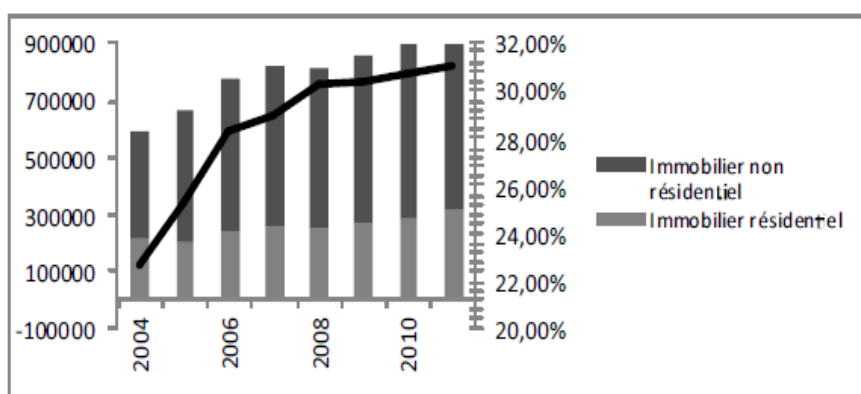
Governo tome medidas para travar estas dividas criando órgãos específicos para tomar conta destas dividas incobráveis acumuladas ao longo dos anos 1990.<sup>72</sup>

Não desejamos aqui nos concentrar em discorrer sobre os motivos que promovem o que estamos denominando de crise econômica, incorrendo a partir de análises causais, mas a partir do caminho proposto, nos atentar a um movimento econômico mundializado em que os processos econômicos entre países têm intrínseca relação entre si. A partir de tal concepção o que está exposto é uma relação intrínseca entre *endividamento* e *expansão produtiva*.

Em Marx<sup>73</sup>, o descolamento da acumulação fictícia em relação à produtiva tornando a primeira central e determinante para a reprodução do capital era uma forma referente a momentos de crise da acumulação produtiva, em que havia a crise de valorização do valor pela exploração do trabalho.

O endividamento das empresas estatais chinesas pode nos apresentar um momento de inviabilidade de reprodução produtiva, dentro da própria organização chinesa, em que ela mesmo, diante dos outros países, viabilizou uma mudança na composição orgânica do capital. Deste modo, mesmo as unidades produtivas locais não atingem o montante suficiente para sua reprodução em escala ampliada, mesmo com a enorme produção material de mercadorias e este processo apresentado na bolha imobiliária chinesa.<sup>74</sup> Gráfico 5.

Investissement immobilier en Chine (en millions de yuans) et part dans l'investissement total (en %)



Source : National Bureau of Statistics, 2011 et 2012, China Statistical Yearbook.

<sup>72</sup> Ibidem, p. 878. Tradução nossa.

<sup>73</sup> MARX, Karl. *O capital: Crítica da economia política*. Livro 3, Vol. IV e V: O processo global de produção capitalista. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

<sup>74</sup> GAULARD, Mylène. *Le dangers de la bulle immobilière chinoise*. Revue Tiers Monde, n°210, 2014/3. p. 77 à 96.



Pitta<sup>75</sup> reitera a relação intrinsecamente estabelecida pelo crédito chinês a partir das duplicatas e dos títulos de propriedade nos Estados Unidos:

Quanto à acumulação crítica fictícia de capital nos EUA, na década de 1990, esta esteve centrada tanto no setor imobiliário, com seu crescimento entrelaçado com o crescimento do crédito pessoal (ambos derivativos de crédito); quanto na inflação dos títulos em bolsa de valores. As dívidas internas e externas dos Estados Unidos, por sua vez, são as maiores do mundo (BELLUZZO, 2009), ou seja, tal país é o maior devedor do mundo. Países exportadores, como a China, emprestam dinheiro para os Estados Unidos que reemprestam para seus cidadãos consumirem, o que paga as mercadorias importadas, retornando o dinheiro à China que o empresta novamente aos EUA.

[...]

Esta relação apenas pode se ampliar com o endividamento estadunidense sustentando sua capacidade de consumo, assim como tal capacidade sustenta a rolagem de seu endividamento, até a deflação dos títulos, índices e taxas, como aconteceu a partir de 2007/2008, ou seja, como manifestação das determinações iminentes de crise do sistema mundial produtor de mercadorias.

Pode-se atentar em um primeiro momento - que se salta aos olhos - o desenvolvimento de um grande mercado consumidor Chinês e a formação do parque industrial, na forma material de reprodução das mercadorias. Deste modo a categoria espaço, tratada dessa forma, sugere uma apreensão da materialidade sem relação direta com as contradições desdobradas da mercadoria, entre as abstrações de valor de uso e valor.

A apropriação da categoria espaço, entendida em seu duplo - abstração e materialidade - permite-nos estruturar o espaço não como categoria a priori, mas a partir de uma concepção referência na forma de sociabilidade específica.

Observar o crescimento do parque industrial Chinês e o desenvolvimento de crises financeiras enquanto formas estruturalmente relacionadas em um momento da forma social capitalista permitem-nos criticar as determinações abstratas dos desdobramentos contraditórios e essencialmente críticos - como já mencionamos anteriormente - desta forma social.

---

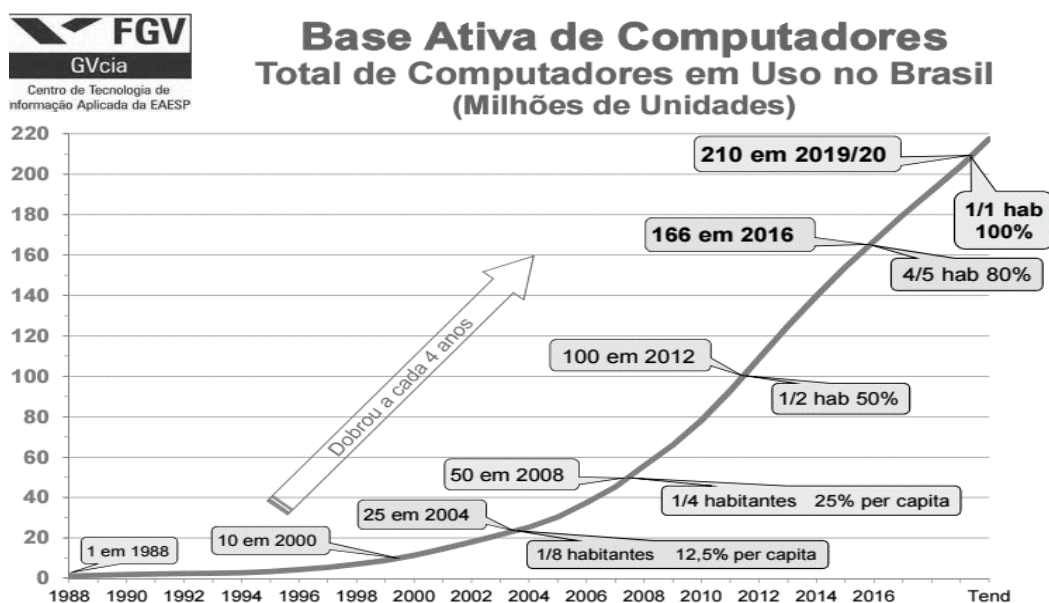
<sup>75</sup> PITTA, Fabio Teixeira. *As transformações na reprodução fictícia do capital na agroindústria canavieira paulista: do Proálcool à crise de 2008*. São Paulo, 2016. p. 177.

O segundo fator de influência do panorama mundial econômico, apresentado pelo documento do BNDES, se deu pela redistribuição de forças entre os países. Partindo da premissa de que uns dos principais alicerces de um país como potência se apresenta pela economia, retomaremos a quebra da NASDAQ para entendimento deste momento histórico e análise categorial.

Entre o final da década de 1990 e o início de 2000, teve-se a ascensão de grandes empresas do ramo de tecnologia, a Dell apontava como líder mundial de vendas diretas de computadores pessoais, a Microsoft estava em processo de desenvolvimento do Windows 2000 – considerado um salto tecnológico importante a época – e por fim o Yahoo! detinha a maior quantidade de buscas em seus servidores.

As vantagens destas recém surgidas empresas alocadas na Nova Economia residem no fato de conseguirem diminuir os custos em relação as empresas físicas, terem uma parcela de mercado com concorrência diminuída, em comparação a outros setores já fomentados e quantidade menor de funcionários em relação a outros setores.

Gráfico 3.



Fonte: Elaboração FGV.<sup>76</sup>

Como é apresentado acima, no mercado brasileiro, a tendência da venda de computadores pessoais se deu em especial a partir dos anos 2000. Nos países desenvolvidos

<sup>76</sup> <http://eaesp.fgvsp.br/sites/eaesp.fgvsp.br/files/pesti2016gvciappt.pdf>

houve um crescimento historicamente anterior das vendas, embora os limites dos dados alcançados tenham sido do desenvolvimento econômico brasileiro. Este mercado em expansão trouxe novas perspectivas as formas de vendas de mercadorias e a forma de sociabilidade.

Todo o desenvolvimento destas empresas estava intrinsecamente relacionado ao desenvolvimento das plataformas online, da internet e de seus acessórios, em outras palavras, havia o surgimento de uma Nova Economia<sup>77</sup> e de um movimento do mercado de ações.

A decolada do mercado de valores é rotineiramente relacionada aos espantosos retornos das ações da Netscape ao início de agosto de 1995, considerados indicativos da enorme promessa da Nova Economia em geral, e da tecnologia de informação em particular. Mas provavelmente atribui-se com mais validade ao súbito afrouxamento das condições financeiras e da escalada do dólar, ocorridos quase ao mesmo tempo.

Ao que Brenner institui como afrouxamento das condições financeiras podemos apreender inicialmente o aumento de liquidez do mercado estadunidense a partir das pequenas crises no início dos anos 90, ao qual o Federal Reserve reduziu as taxas de juros reais a curto prazo de seu nível de acima de 5% para próximo de zero com objetivo de as empresas endividadas e os bancos em falência.<sup>78</sup> A partir destas políticas, se aumentou a presença do dólar sobre outras regiões do globo, especialmente o Leste Asiático e a América Latina. Este momento é de essencial importância para o desenvolvimento do processo pelo qual se dipos o aumento do preço das commodities.

Assim, em 1995 o resto do mundo adquiriu títulos do governo americano no valor de US\$ 197,2 bilhões, duas vezes e meia a média dos quatro anos anteriores, e complementaram com a aquisição de US\$ 312 bilhões em 1996 e de US\$ 189,6 bilhões em 1997, uma soma total de US\$ 0,7 trilhão.<sup>79</sup>

As grandes quantidades de aquisições, principalmente em título do tesouro, segundo Brenner, empurraram as taxas de juro para baixo, aumentando a liquidez dos mercados

---

<sup>77</sup> BRENNER, Robert. *O boom e a bolha: Os Estados Unidos na economia mundial*. Rio de Janeiro, Editora Record, 2003. p. 202.

<sup>78</sup> *Ibidem* p. 198

<sup>79</sup> *Ibidem* p. 201.

financeiros. A taxa de câmbio<sup>80</sup> efetiva do dólar atingiu 20% de crescimento no período entre abril de 1995 e o final de 1996 valorizando na mesma medida as ações Estadunidenses, neste momento, fluidas por várias regiões do globo.

A hipertrofia na tomada de empréstimos representada por essa acrescida disponibilidade de moeda dificilmente poder ter tido maior relevância na escalada de tirar o folego do mercado de ações. Pois o que representou foi, em grande parte, um crescente endividamento de parte das empresas americanas com o propósito expresso de recomprarem suas próprias ações em quantidades sempre maiores para diretamente acrescerem o valor delas. Por meio de uma farrá de empréstimos de proporções históricas, as empresas não-financeiras americanas estavam tornando-se as principais compradoras liquidas no mercado de ações americano.<sup>81</sup>

A consequência espantosa foi que as compras pelas empresas não-financeiras responderam por não menos de 72,5% do valor total das compras liquidas de ações americanas entre 1983 e 1990.<sup>82</sup>

O que podemos ressaltar neste momento é o processo de investimento em capital a juros, denominada de *carry trade*, pelo qual, por meio da diferença entre as taxas de câmbio, é obtido o lucro. O processo, portanto, perpassa a subida ou a queda de uma moeda em relação a outra, de modo que, ao cambiar a moeda em ascensão, espera-se que com o contínuo aumento da diferença entre as moedas, se converta futuramente em maior quantidade de dinheiro. Tanto as ações quanto os títulos de dívidas, por serem cotadas em uma moeda específica, sofrem valorizações ou desvalorizações<sup>83</sup> a depender desta relação.

A relação entre a baixa taxa de juros juntamente com o surgimento da Nova Economia formara este panorama particular que contribuiu para a liquidez do mercado financeiro estadunidense, cuja relação entre os preços das moedas tornou o dólar muito benéfico para

---

<sup>80</sup>Entende-se ser o preço de uma moeda estrangeira medido em unidades ou frações (centavos) da moeda nacional. No Brasil, por exemplo, a moeda estrangeira mais negociada é o dólar dos Estados Unidos, fazendo com que a cotação comumente utilizada seja a dessa moeda.

<sup>81</sup> BRENNER, Robert. *O boom e a bolha: Os Estados Unidos na economia mundial*. Rio de Janeiro, Editora Record, 2003. p. 205.

<sup>82</sup> Ibidem p. 208.

<sup>83</sup> O termo valorização aqui posto, é entendido da forma comumente usada entre os economistas, a partir do aumento ou diminuição de seus preços, diferentemente de nossa utilização de valorização, agregada do termo valor no sentido cunhado por Marx.

investimentos e aumentaram exponencialmente os índices das corretoras de valores, como é caso da Nasdaq, cuja pontuação havia passado de 2.736 no início de outubro de 1999 para 5.000 em março de 2000.

Enquanto o preço das ações par ao setor de tecnologia, mídia e telecomunicações – o cerne da Nova Economia – havia subido em 126% entre março de 1995 e junho-julho de 1998, quando ele fazia esses comentários, os ganhos nesse período para o setor haviam subido em apenas 22%.<sup>84</sup>

Em sequência deste processo, temos o estouro da bolha no mercado de ações e a fuga dos investidores das ações de alta tecnologia provocando um efeito dominó por Ásia, Europa e Américas. A Nasdaq havia caído 9,6%, somando àquela altura desvalorização de 34% desde o recorde de março. O Dow Jones, principal índice da Bolsa de Nova York, fechou em baixa de 5,6%, e o S&P 500 caiu 5,83%.<sup>85</sup>

Havemos de diferenciar neste momento a perspectiva trazida por Brenner<sup>86</sup> da qual estamos construindo. Os fundamentos gerais aparentes na argumentação do autor, a partir de fortes críticas a não regulação do FED, nos apresenta um possível entendimento da crise a partir da especulação em um mercado financeiro desregulamentado, que comporia nos títulos e nos derivativos sua forma mais perigosa pelas suas liquidez. Assim, o desenvolvimento de bolhas apresenta-se como momento de recessão da economia capitalista, sendo os outros momentos de reprodução da economia capitalista.

A principal causa das crises seria o destaque entre os rendimentos financeiros especulativos e o lucro produtivo das empresas, sendo diferenciados, portanto, em capital fictício e capital advindo da produção/consumo. Em última instância, há de se entender que uma regulação adequada não se levaria aos processos de crises, em outros termos, de que a racionalidade poderia regular o mercado, mantendo o desenvolvimento do capitalismo em patamares seguros de acumulação.

---

<sup>84</sup> BRENNER, Robert. *O boom e a bolha: Os Estados Unidos na economia mundial*. Rio de Janeiro, Editora Record, 2003. p. 243.

<sup>85</sup> Bolha pontocom em 15 anos internet passa de pivô da crise à líder do mercado (Oglobo).

<sup>86</sup> BRENNER, Robert. *O boom e a bolha: Os Estados Unidos na economia mundial*. Rio de Janeiro, Editora Record, 2003.

Importa-nos explicitar, contrariamente à linha de argumentação citada, que a possibilidade da reprodução capitalista, a partir desta relação entre preços presentes e preços futuros – cujo desenvolvimento do mercado financeiro se apresenta em patamares cada vez maiores -, é entendido neste trabalho, como resultado do desdobramento contraditório da reprodução ampliada capitalista, mas contida na forma mais simples, a forma mercadoria.

O desenvolvimento e atrelamento em diversos níveis – tanto imposto as empresas quanto aos Estados – do mercado financeiro, cujo processo de endividamento se apresenta como central e se dá em proporções cada vez maiores – a exemplo da China como apontaremos posteriormente, a própria bolha da NASDAQ ou o desenvolvimento do crédito no Brasil – se apresenta como formas complexas, entretanto, atreladas a estrutura essencial do capital, ou seja, sua contradição imanente.

Este processo duplo; de diminuição dos gastos e desenvolvimento tecnológico - na forma da Nova Economia - e do crescimento dos preços das ações e títulos até a formação da bolha, em nossa análise, são momentos distintos de um mesmo processo de crise social desenrolados a partir da diminuição – principalmente pós terceira revolução industrial ou revolução microeletrônica - da não realização do valor, sendo sua tentativa de valorização cada vez maior, na forma de produção material de mercadorias.

O processo de produção não deve ser analisado apenas como um processo de trabalho ao qual se produz riqueza material, mas também como um processo de valorização e de criação de mais valia, ou mais-valor.

As matérias primas e os produtos, de acordo com Marx<sup>87</sup>, são portadores de valor no capitalismo, além de serem elementos constitutivos da riqueza material. Os produtos são consumidos, portanto, como meio de alimentar sua própria expansão. Esta expansão é crítica a partir do momento em que ela própria expropria o trabalho, ao qual é o produtor de valor, através da mais-valia. Esta expropriação do trabalho se dá, como dito anteriormente, através do aumento da tecnologia na produção e a conseqüente diminuição da mão de obra na produção.

O volume cada vez maior de riqueza material produzido não representa níveis proporcionalmente altos de se agregar valor. Embora haja uma eficiência da exploração do

---

<sup>87</sup> MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Boitempo, 2013. (Volume 1). Tradução de: Rubens Enderle. pg. 136-145.

trabalho ao qual produz-se maior mais-valia, o processo tecnológico retira em proporções cada vez maiores o uso do trabalho na mão de obra das mercadorias.

Este processo contraditório de formação de mais-valia e expropriação do trabalho resultaria em graves dificuldades econômicas com grandes custos sociais. Como a universalidade da forma valor remunera materialmente os países a partir de suas taxas de produtividade, ao qual são formadas as médias as quais a produção será rentabilizável ou não, os países com maior produtividade e detentores das empresas com menores custos de produção detêm o lucro obtido. Da mesma forma a crise é universalizada e tem como expressão, por exemplo, os movimentos de migração e os países subdesenvolvidos.

Este processo citado acima está ligado ao capital produtivo e está simultaneamente relacionado aos processos do capital fictício, ao qual a perspectiva de Brenner<sup>88</sup> nos traz um salto qualitativo ao perceber além da dita Nova Economia, um movimento entre as taxas de câmbio que se relacionavam a favor ou contrariamente seus investimentos.

O essencial do entendimento deste mecanismo financeiro de se fazer dinheiro a partir de um movimento de câmbio é que é um processo que se retroalimenta, a partir de situações específicas do mercado mundial e de que esse balizamento entre as moedas definem a valorização ou desvalorização, no sentido economicista, de títulos de dívida ou de derivativos.

Desta forma, ao se iniciar um processo de crise de certa moeda – no caso, o dólar – e de determinado setor econômico – de tecnologia – se pôs como vantajoso aos investidores retirarem seus capitais destes investimentos e aplicarem em países emergentes, com moedas distintas, e em outros mercados/ setores, como foi o caso das commodities. Como foi apresentado anteriormente, este processo ao se retroalimentar fomenta o aumento fictício dos preços das ações destas empresas e da sua moeda em relação a cambiada.

Encontramos aqui um processo de criação de dinheiro  $D - D'$  mas que ao não passar pela mais-valia é essencialmente crítico, pois a produção de papel moeda, na diferença entre preços de moedas, não incluem a formação do valor.

As oscilações do capital na forma de crises, como a ocorrida na quebra da NASDAQ, reorganizam de forma momentânea ou concretizam novas tentativas de valorizações do valor a partir do fetichismo da mercadoria. Deste modo, quando se tem a crise dos investimentos em

---

<sup>88</sup> BRENNER, Robert. *O boom e a bolha: Os Estados Unidos na economia mundial*. Rio de Janeiro, Editora Record, 2003

tecnologia, os capitais ociosos, em tentativa de se rentabilizar, escapam para as bolsas periféricas, aos quais, os países em desenvolvimento estão produzindo commodities. Produtos com menor valor agregado e que por este momento historicamente específico se rentabilizam ficticiamente pela migração destes capitais.

O que parecia ser a "vitória" do capitalismo ocidental foi-se revelando, ao longo dos anos 90 do século passado, como uma derrocada socioeconômica irreversível, desde já de extensas partes da periferia do mercado mundial. No âmago deste processo de crise encontra-se o dissolver da substância real (produtora de valor real) do trabalho capitalista, por obra da terceira revolução industrial, a crescente "incapacidade de exploração" do capital, devida aos seus próprios padrões tecnológicos de produtividade e, com isso, a dessubstancialização do dinheiro (desacoplamento dos mercados financeiros da economia real). Esta lógica interna da crise, contudo, não se repercute apenas sob a forma de uma ruptura estrutural ao nível das relações mundiais de mercado (globalização do capital), mas também como uma ruptura estrutural ao nível do sistema político mundial (fim da soberania e do direito internacional).<sup>89</sup>

De fato, o processo desubstancialização, nos termos de Kurz (2003), do valor em suas diferentes formas (dinheiro, ativos, derivativos), dados suas diferenças estruturais, nos apresenta a forma da crise social posta na derrocada da NASDAQ. Pressupondo o real enquanto a forma do moderno, em sua atualidade enquanto capital. Teríamos a crise estrutural do processo de tentativa de valorização do valor enquanto a impossibilidade de agregar mais valor devido a queda tendencial da taxa de lucro, cujo processo crítico determina cada vez menos mão de obra para o processo produtivo e conseqüentemente uma taxa cada vez menor de mais-valia relativa. Sendo a mais-valia, o processo necessário para a incorporação de valor ao produto.

---

<sup>89</sup> KURZ, Robert. *A guerra de ordenamento mundial. O fim da soberania e as metamorfoses do imperialismo na era da globalização*. 2003. Documento sem paginação.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa centrou-se na percepção de relações econômicas entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento, com foco específico na quebra da NASDAQ no início dos anos 2000 e na ascensão do preço das commodities, analisando especificamente algumas formas do mercado moderno - a bolsa de valores e o capital fictício - e seu desenvolvimento espacial, com a análise do desenvolvimento Chinês.

A partir do debate acerca das categorias valor, trabalho abstrato e capital, foi proposto uma linha teórica fundada no entendimento de uma contradição essencial entre valor de uso e valor; entre as diferentes formas de trabalho concreto e trabalho abstrato e o capital como forma de sociabilidade.

As formas mais complexas deste debate acima proposto encontram-se na manifestação da economia mundializada como desigualdade espacial da realização do valor, crise manifesta no momento escoamento de capitais ociosos para países em desenvolvimento e de atrelamento destes as formas do capital fictício – cartas de créditos, derivativos etc.

A quebra da bolsa de tecnologia, NASDAQ, em 2001, parece ter movido a acumulação fictícia de capital para processos especulativos tanto no mercado imobiliário estadunidense, cujo posteriormente seria abalado pela crise de 2008 – ao qual não nos atentamos nesta pesquisa - como no comércio de ações dos países periféricos, ao qual os títulos de commodities se destacam. Concomitantemente, o crescimento da produção de mercadorias chinesas atrelado ao endividamento do Estado Chinês, a partir das empresas estatais, nos apresenta um caminho de entendimento para a inflação dos preços nos mercados de derivativos de *commodities* a partir do processo lógico exposto ao longo da argumentação.

Cabe reiterar que recorrer a grande quantidade de fontes primárias é tarefa indispensável da pesquisa. Por isso, é deixado neste trabalho um espaço, uma vez que o leque de informações, principalmente técnicas e detalhamentos acerca dos preços e movimentações nas corretoras de valores, foram em sua maioria expostas a partir de outros trabalhos.

Não se trata de uma forma única de entendimento do real, mas de considerações possíveis a partir de desdobramentos lógicos, neste caso, o estudo não se esgota, pelo contrário, se expande.

Por fim, ressaltamos uma última vez o espaço, tomado a situar-se em processo de simultaneidade, e a partir do qual se expõe a contradição. O espaço não como objeto, mas como o método da geografia, tomado como abstração capaz de evidenciar um tempo social médio de

trabalho definido pelo valor que se realiza, como negatividade temporal, mundialmente. A geografia como força, posta em seus limites, de crítica dos limites lógicos e históricos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALFREDO, Anselmo. *Crise Imanente. Abstração espacial. Fetichismo do capital e sociabilidade crítica*. São Paulo: Revista Terra Livre, AGB, nº34, 2010.. Disponível em: [https://www.academia.edu/12034161/Crise\\_Imanente.\\_Abstração\\_Espacial.\\_Fetichismo\\_do\\_capital\\_e\\_sociabilidade\\_crítica](https://www.academia.edu/12034161/Crise_Imanente._Abstração_Espacial._Fetichismo_do_capital_e_sociabilidade_crítica). Acesso em: 20 out. 2016.

\_\_\_\_\_. *Crítica à economia política do desenvolvimento e do espaço*. São Paulo: Annablume, 2013.

\_\_\_\_\_. *Reprodução crítica, modernização contraditória. O tempo como fetichismo de razão na irracionalidade espacial do capital*. São Paulo, 2008. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaeconomica/28.pdf> Acesso em: 04/02/2017.

Banco Nacional de desenvolvimento econômico e social. *A economia brasileira: conquistas dos últimos dez anos e perspectivas para o futuro*. 2012. Disponível em: [https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/961/4/A%20economia%20brasileira-conquistas%20dos%20ultimos%20dez%20anos%20\\_P-final\\_BD.pdf](https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/961/4/A%20economia%20brasileira-conquistas%20dos%20ultimos%20dez%20anos%20_P-final_BD.pdf)

BRENNER, Robert. *O boom e a bolha: Os Estados Unidos na economia mundial*. Rio de Janeiro, Editora Record, 2003.

BM&FBOVESPA. *Lista de empresas com capital aberto na bolsa de valores*. Disponível em: [http://www.bmfbovespa.com.br/pt\\_br/produtos/listados-a-vista-e-derivativos/renda-variavel/empresas-listadas.htm](http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/listados-a-vista-e-derivativos/renda-variavel/empresas-listadas.htm). Acesso em: Nov de 2016.

CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado*. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. *27ª Pesquisa Anual, 2016. Administração e Uso da TI nas Empresas*. Disponível em: [http://eaesp.fgvsp.br/sites/eaesp.fgvsp.br/files/pesti2016gvcia\\_ppt.pdf](http://eaesp.fgvsp.br/sites/eaesp.fgvsp.br/files/pesti2016gvcia_ppt.pdf). Acesso em: Fev de 2017.

GAULARD, Mylène. *La crise du capitalisme chinois*, *Jornal Eletronico Contretemps*, 2016. Disponível em: <http://www.contretemps.eu/crise-capitalisme-chinois/>. Acesso em: Maio, 2017.

GAULARD, Mylène. Les limites de la croissance chinoise. *Revue Tiers Monde*, n°200, 2009/4. p. 875 à 893. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-tiers-monde-2009-4-page-875.htm>. Acesso em: Maio, 2017.

GAULARD, Mylène. *Le dangers de la bulle immobilière chinoise*. *Revue Tiers Monde*, n°210, 2014/3. p. 77 à 96.

GIANNOTTI, José Arthur. *Considerações sobre o método in MARX, Karl. O capital: Crítica da economia política. Livro 1: O processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013. Pg. 63.

GRESPLAN, Jorge Luís. *O negativo do capital*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

HARVEY, David. *Afterthoughts on Piketty's Capital*. 2014. Disponível em: <http://davidharvey.org/2014/05/afterthoughts-pikettys-capital/>. Acesso em: Outubro, 2016.

\_\_\_\_\_. *O enigma do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011. Tradução de: João Alexandre Peschanski.

HULL, John C. *Option, future and other derivatives*. 6ª ed. Prentice Hall, 2006.

JAPPE, Anselm. *As aventuras da mercadoria: Para uma nova crítica do valor*. Lisboa: Antígona, 2006.

KURZ, Robert. *A ascensão do dinheiro aos céus*, *Revista Krisis*, n° 16-17, 1995. p. 18.

\_\_\_\_\_. *A guerra de ordenamento mundial. O fim da soberania e as metamorfoses do imperialismo na era da globalização*. 2003.

\_\_\_\_\_. *Dinheiro sem valor: linhas gerais para uma transformação da crítica da economia política*. São Paulo: Editora Antígona, 2014.

\_\_\_\_\_. *O colapso da modernização: Da derrocada do socialismo de caserna à crise da*

*economia mundial*. 5. Ed. São Paulo, Paz e Terra, 1999.

MARX, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

\_\_\_\_\_. *Grundrisse - Manuscritos Econômicos de 1857-1858: Esboços da Crítica da Economia Política*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

\_\_\_\_\_. *O Capital*. São Paulo: Boitempo, 2013. (Volume 1). Tradução de: Rubens Enderle.

\_\_\_\_\_. *O capital: Crítica da economia política*. Livro 3, Vol. IV e V: O processo global de produção capitalista. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

OGlobo. *Bolha pontocom: em 15anos internet passa de pivô da crise a líder do mercado*. 23 set 2016. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/bolha-pontocom-em-15-anos-internet-passa-de-pivo-da-crise-lider-do-mercado-16903734#ixzz4W2uooro4>. Acesso em: março de 2017.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

PIKETTY, Thomas. *O Capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PITTA, Fabio Teixeira. *As transformações na reprodução fictícia do capital na agroindústria canavieira paulista: do Proálcool à crise de 2008*. São Paulo, 2016. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-10052016-140701/pt-br.php>. Acesso em: 20/10/2016.

RICARDO, David. *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1996.

ROTTA, Tomas Nielsen. *Dinheiro inconversível, derivativos financeiros e capital fictício: a moderna lógica das formas*. São Paulo, 2008.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SMITH, Adam. *A riqueza das nações*. São Paulo: Editora Zahar, 2008. (Livro 1)

